



Renan reúne líderes para debater projeto de Bornhausen; Cristovam sugere vigília, Simon apela ao presidente, Virgílio diz que "Lula foi Duda" e Mesquita quer protestos

## Senado procura remédio para crise

Ao final de uma semana marcada pelas explosivas revelações de Duda Mendonça e de Valdemar Costa Neto, senadores debatem saídas para a crise. Avançam entendimentos para aprovação de reforma eleitoral que reduza gastos de campanhas.

Os ex-tesoureiros do PT, Delúbio Soares, do PTB, Emerson Palmieri, e do PL, Jacinto Lamas, vão depor na CPI do Mensalão.

PÁGINAS 3 A 11

### Aprovada versão da LDO que gera gastos adicionais

O governo não conseguiu evitar que fosse aprovada, na Comissão Mista de Orçamento, a quarta e última versão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que gera novos gastos públicos em 2006. Texto poderá ser alterado pelo Congresso.

PÁGINA 13

### cidadania

#### Conselhos tutelares protegem as crianças

*Especial Cidadania* traz informações sobre papel dos conselhos tutelares e de direitos da criança e do adolescente. Saiba como eles são formados.

PÁGINA 24

GABINETE DO SENADOR HÉLIO COSTA

### CPI tenta melhorar a vida de emigrantes

PÁGINA 12



Brasileiros presos por entrada ilegal nos EUA fazem fila em Harlingen, Texas: CPI da Emigração Ilegal começa a promover audiências públicas no Brasil e no exterior

### Câmara vai decidir sobre alteração do salário mínimo

Os senadores modificaram a medida provisória do salário mínimo, elevando seu valor de R\$ 300 para R\$ 384,29. A proposta será votada na Câmara. Enquanto não sai a decisão final, continua em vigor o mínimo de R\$ 300.

PÁGINA 17

### e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23



**CRISE POLÍTICA** Lideranças partidárias devem se reunir no início da semana para procurar alternativas institucionais

# Congresso busca solução para a crise



A perplexidade que se instalou no Congresso, após o publicitário Duda Mendonça confessar à CPI dos Correios (veja pág. 4) que o PT pagou parte das dívidas da campanha de 2002 “por fora”, deixou as investigações parlamentares à espera de uma solução para a crise política. Em busca de uma saída, lideranças dos diversos partidos devem se reunir no início da semana para encontrar alternativas institucionais.

Após o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) clamou o Senado para uma “vigília cívica” até que se encontre uma resposta para os problemas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que o governo se encontra em uma situação de “insolvência” política (veja pág. 9).

Enquanto isso, a CPI dos Correios faz reunião na segunda-feira para definir seus próximos passos, já que os fatos atropelaram as linhas de atuação definidas até o momento. Da mesma maneira, o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), reconheceu no final da semana passada a grande dificuldade para montar um cronograma coerente para as investigações. Além do

fato novo, as duas CPIs buscam orquestrar os trabalhos e os focos de atuação, para evitar audiências simultâneas e a convocação dos mesmos depoentes, como ocorreu na última semana. Ainda assim, a CPI já definiu que vai ouvir os tesoureiros de PT, PL e PTB na próxima semana (veja reportagem abaixo).

Até o momento, os depoentes vêm dizendo que os recursos, cuja origem ainda é incerta, foram usados exclusivamente para pagamento de campanhas eleitorais. Além de Duda Mendonça, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o empresário Marcos Valério e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o último a aderir a essa linha de confissão foi o presidente do PL, o ex-deputado Valde-

mar Costa Neto, em entrevista à revista *Época*.

As explicações dadas por esses protagonistas da crise política resolvem apenas parcialmente as dúvidas das CPIs, que querem saber a origem do dinheiro. Há indícios de desvio de recursos públicos, como superfaturamento de contratos de publicidade, inclusive das empresas de Valério. O uso do dinheiro também não é certo, já que as denúncias de pagamento de um “mensalão” a deputados da base aliada do governo, feitas por Roberto Jefferson, ainda não foram totalmente comprovadas ou admitidas pelos personagens da crise.

**Governo está em situação de “insolvência” política, afirma Renan Calheiros**

## CPI do Mensalão ouve ex-tesoureiros de partidos

Para conhecer mais sobre a origem e o destino dos recursos utilizados pelo PT e seus aliados nos últimos anos, a CPI do Mensalão ouve esta semana os ex-tesoureiros do PTB, Emerson Palmieri, do PL, Jacinto Lamas – na terça-feira às 11h30 –, e do PT, Delúbio Soares – na quarta-feira, às 11h30. Segundo o presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), é preciso conhecer, em detalhes, “o caminho do dinheiro”.

Enquanto isso, a CPI dos Correios, já dividida em sub-relatorias, define a sua agenda em reunião marcada para esta segunda-feira. Conforme o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral

(PT-MS), os parlamentares da comissão farão uma avaliação dos últimos acontecimentos, para então escolher os próximos depoentes, muitos deles já convocados.

Amir Lando também reclamou da dificuldade de estabelecer um cronograma lógico para os trabalhos da CPI, porque a cada dia, segundo observou, “surge um novo escândalo”.

Ao mesmo tempo, as duas comissões de inquérito buscam uma definição mais precisa do foco de suas investigações para que não continuem ouvindo e convocando as mesmas pessoas (veja mais detalhes em reportagem na pág. 4).



Delcídio (E) e Lando, presidentes das CPIs dos Correios e do Mensalão, tentam definir papéis



Os relatores Abi-Ackel (E) e Serraglio na reunião conjunta das comissões de inquérito

## Renúncia já não evita perda de direitos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara instaurou processos por quebra de decoro contra os deputados José Dirceu (PT-SP), Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG). Agora a renúncia deles não interrompe o processo, e, se forem condenados, ficarão inelegíveis por oito anos.

Os casos serão relatados, respectivamente, pelos deputados Júlio Delgado (PSB-MG), Benedito de Lira (PP-AL) e Josias Quintal (PMDB-RJ), todos governistas. Já existem dez representações que pedem a cas-

sação de deputados em análise no Conselho de Ética. Entre eles, Roberto Jefferson (PTB-RJ).

As 14 representações contra parlamentares apresentadas pelo senador Luiz Soares (sem partido-MT) passarão pela Corregedoria da Câmara antes de voltar à Mesa da Casa. Somente então a Mesa decide se encaminha a representação ao conselho. Esse também deve ser o caminho da representação do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) contra o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) – veja pág. 5.

Na semana passada, o pre-

sidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), pediu ao presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que envie logo a lista de 18 parlamentares contra os quais existem provas de quebra de decoro.

O conselho também decidiu desdobrar o processo contra Roberto Jefferson. Uma nova representação contra ele, por suposto envolvimento com quadrilhas de roubo de carros, levou à abertura de uma segunda ação. Ainda assim, Izar pretende encerrar o caso até o final de setembro.

## Iniciativa de pedir cassação de deputados é alvo de críticas

A decisão da CPI dos Correios de já encaminhar diretamente à Mesa da Câmara os pedidos de abertura de processos de deputados, como foi anunciado na semana passada, causou grande reação na CPI do Mensalão. Esta entende que os processos devem ser primeiro analisados por ela. Caso contrário, afirmou o presidente da CPI do Mensalão, Amir Lando (PMDB-RO), sua comissão “não teria razão de ser”.

Para garantir o campo de atua-

ção da CPI que preside, Lando encaminhou ao presidente da Câmara e à CPI dos Correios requerimentos para que os indícios e provas contra parlamentares sejam entregues primeiramente à CPI do Mensalão antes da representação ao Conselho de Ética da Câmara.

Lando e outros membros da comissão criticaram publicamente a CPI dos Correios, por acreditarem que ela extrapolou a sua competência legal, que seria a investiga-

ção nos contratos da estatal.

### Sobreposição de papéis entre as comissões

Porém, como há suspeitas de que o dinheiro repassado pelo empresário Marcos Valério teria origem em corrupção em estatais, entre elas os Correios, o pagamento a parlamentares pode ser enquadrado como parte do esquema. Denúncias também apontam que o dinheiro do chamado “valerioduto” teria comprado o apoio de

deputados da base, competência da CPI do Mensalão, ainda que, até o momento, os parlamentares envolvidos aleguem que os recursos foram usados apenas no pagamento de dívidas eleitorais não contabilizadas, o caixa dois (ver quadro na pág. 5).

Sobre os trabalhos da CPI do Mensalão, o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), limitou-se a dizer que vai “disponibilizar todos os documentos à outra comissão, sem

qualquer juízo sobre os trabalhos dos colegas”. Já o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse que “não há razão para atrito entre as duas CPIs, já que a competência das duas é distinta”.

Até que seja definido na prática o limite entre as duas CPIs, os requerimentos de informações e os depoimentos devem se repetir nas duas comissões, como no caso do sócio de Marcos Valério, Cristiano Paz (veja pág. 4).

**CRISE POLÍTICA** Dividida em sub-relatorias, CPI dos Correios se dedica a analisar e sistematizar documentos

# Rural pode ter adulterado dados



Arquivos encaminhados pelo Banco Rural à CPI dos Correios podem ter sido fraudados, para endossar a versão do empresário Marcos Valério à comissão. O alerta foi feito pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) com base em perícia da Polícia Federal. O exame dos documentos indica que dados sobre a movimentação da empresa de Valério, a SMP&B, teriam sido mudados. O banco nega a adulteração.

Caso seja confirmada a fraude, Onyx sugere que a finalidade é fazer com que o movimento bancário confirme a história contada pelo empresário à CPI do Mensalão na última semana (veja pág. 5). Onyx revelou que, dos seis arquivos que registram créditos e débitos de diversos tipos nas movimentações da SMP&B, quatro podem ter sido alterados.

O Rural divulgou nota em que refuta esses problemas e considera nula a possibilidade de fraude nos arquivos, mas admitiu que pode haver falha técnica em um dos arquivos. A destruição de provas é caracterizada no Código Penal e os responsáveis podem ser processados e presos por obstrução de investigação. A presidente do banco, Kátia Rabello, já foi convocada a depor na CPI dos Correios (veja pág. 3).

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) confirmou que faltam registros nos arquivos entregues, mas evitou julgar o banco, que tem o "benefício da dúvida". Opinião semelhante tem o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), sub-relator de sistematização.



Deputado Gustavo Fruet (de branco) aponta discrepância nos registros apresentados, mas não acredita em má-fé

## As quatro frentes de trabalho da CPI dos Correios

- **Sistema financeiro** - Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Analisa as contas do empresário Marcos Valério e as outras informações sigilosas, para tentar identificar a origem e o destino dos recursos e a possibilidade de lavagem de dinheiro. Avalia ainda a ineficiência dos órgãos fiscalizadores.
- **Contratos** - Deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Examina os contratos das cinco diretorias dos

Correios e investiga fraudes nas licitações ou superfaturamento. Até agora, já foram identificadas irregularidades em cinco contratos. Vai conferir os contratos das agências de Marcos Valério com a administração pública.

- **Depoimentos** - Deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Organiza e hierarquiza os depoimentos a serem tomados pela CPI. Algumas audiências serão feitas por grupos

menores de parlamentares ou até mesmo pela PF, para acelerar o andamento das investigações.

- **Sistematização e controle** - Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). Coordena a "cozinha da CPI" e a equipe técnica que trabalha na análise dos dados encaminhados. Para evitar o vazamento dos dados sigilosos, a sub-relatoria também vai supervisionar os papéis em posse da comissão.

## Novas convocações

### CPI dos Correios

— **Luiz Gushiken**, ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), atualmente no Núcleo de Assuntos Estratégicos do Palácio do Planalto; Marcus Flora, ex-secretário-adjunto da Secom; e Expedito Barsotti, subsecretário de Publicidade da Secom: devem prestar esclarecimentos sobre contratos de publicidade do governo, inclusive com as empresas SMP&B, DNA e Duda, dos empresários Marcos Valério e Duda Mendonça. Com Gushiken, devem ser abordadas suspeitas sobre investimentos dos fundos de pensão de estatais com diretores indicados pelo ex-ministro. Gushiken era sócio da Globalprev, que fez diversos contratos com fundos de pensão.

— **Emerson Palmieri**, tesoureiro informal do PTB e ex-diretor da Embratur: estaria em companhia do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), quando Valério entregou R\$ 4 milhões em malas de dinheiro, em nome do PT, para o PTB. Valério admitiu relações de amizade com Palmieri e disse que o tesoureiro do PTB se sentia pressionado por Roberto Jefferson. Segundo o empresário, para "desestressar", Palmieri, custeado pelo PTB, acompanhou-o em viagem de dois dias a Portugal.

— **Marcelo Sereno**, secretário de Comunicação do PT: foi assessor da Casa Civil quando José Dirceu era ministro. Acusado por Roberto Jefferson de ter conhecimento do "mensalão" e do acordo em que o PT ajudaria campanhas do PTB em 2004 com R\$ 20 milhões. Trabalhou com Waldomiro Diniz na Casa Civil e no governo do Rio de Janeiro.

— **Rogério Tolentino**, sócio de Marcos Valério na empresa Tolentino e Associados: comprou o apartamento de Maria Ângela Saragoça, ex-mulher do ex-ministro da Casa

Civil José Dirceu, posteriormente ocupado por Ivan Guimarães. O advogado acompanhou Valério e Palmieri a Portugal em janeiro do ano passado, e sua empresa contraiu um empréstimo de R\$ 10 milhões, repassados ao PT.

— **Cláudio Mourão**, coordenador da campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas Gerais em 1998. Tanto Azeredo quanto Valério confirmam que foi ele quem tomou empréstimo de R\$ 9 milhões para a campanha eleitoral daquele ano. Azeredo diz que desconhecia o empréstimo, que teria beneficiado apenas candidatos a deputado. Os recursos não foram declarados à Justiça Eleitoral. Mourão processava Azeredo na Justiça, mas há dez dias retirou a ação.

— **Ivan Guimarães**, ex-presidente do Banco Popular do Brasil (BPB): teria ajudado o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares na administração dos recursos da campanha do PT em 2002. No BPB, é acusado de ter firmado contrato de R\$ 24 milhões com a DNA Propaganda.

— **Solange Pereira de Oliveira**, funcionária de Delúbio Soares: teria sacado, a mando do chefe, R\$ 200 mil das contas de Valério na agência do Banco Rural em São Paulo. As datas coincidem com pagamento ao PT de dívida do presidente Lula.

— **Egydio Bianchi**, ex-presidente dos Correios na gestão de Pimenta da Veiga na pasta das Comunicações: demitido do cargo, em 2000, acusou o então ministro de interesse nos R\$ 46 milhões de verba publicitária da estatal.

— **Kátia Rabello**, presidente do Banco Rural: o banco foi citado em outras duas CPIs (PC Farias e Banestado) por remessa irregular de recursos para o exterior. Ela teria autorizado a diretora financeira

da SMP&B, Solange Vasconcelos, a fazer grandes saques e repassar o dinheiro dentro do banco. Não informou ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) ou ao Banco Central disso. Recebeu investimentos de fundos de pensão e cedeu, sem as devidas garantias, empréstimos milionários ao empresário Marcos Valério e ao PT. Pode ser ouvida em sessão secreta.

### CPI do Mensalão

— **Delúbio Soares**, ex-tesoureiro do PT: é sobre ele que recai a maior parte das acusações de ter articulado com o empresário Marcos Valério o esquema irregular de pagamentos a parlamentares do PT e de partidos aliados. Já admitiu que operou com "recursos não contabilizados". A origem e o destino do dinheiro ainda são incertos. De acordo com Delúbio, em discurso afinado com o de Marcos Valério, o dinheiro foi obtido por meio de empréstimos no Banco Rural e destinados, exclusivamente, para pagamento de gastos eleitorais.

— **Jacinto Lamas**, tesoureiro do PL: sacou R\$ 10,8 milhões das contas de Valério. Segundo o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), os recursos foram obtidos como parte do acordo entre PT e PL para as eleições de 2002. Seu irmão, Antônio Lamas, também teria sacado recursos dessas contas.

— **Emerson Palmieri** (veja perfil acima)

Obs.: A CPI dos Correios aprovou a convocação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, ainda sem data marcada. Aprovou também requerimentos solicitando justificativas, por escrito, de Pimenta da Veiga e Aristides Junqueira, que receberam dinheiro das contas de Valério para a prestação de "serviços advocatícios".

## Corrupção a investigar

Os parlamentares e o Executivo reclamam que o funcionamento simultâneo de muitas CPIs tumultua o trabalho legislativo. Porém, com a quantidade de denúncias, as CPIs instaladas não conseguem dar conta do recado. Veja algumas das denúncias.



• **Mensalão ou caixa dois** - O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) acusa o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) de articular o pagamento de mesadas a deputados de partidos aliados. Os que receberam os recursos, inclusive o petebista, dizem que o dinheiro serviu para pagar dívidas eleitorais.

**CPI competente:** Mensalão (a dos Correios vai concluir suas investigações, apresentar conclusões e passar informações para a CPI do Mensalão)



• **Valerioduto** - Não se sabe a origem dos milhões que o empresário repassava para políticos: empréstimos ou dinheiro público desviado? (veja estatais). Inexplicavelmente, as práticas e movimentação bancária do empresário nos últimos anos não chamaram a atenção dos órgãos fiscalizadores ou mesmo da imprensa.

**CPI competente:** Mensalão (recursos para caixa dois e pagamento dos deputados) e Correios (recursos oriundos de contratos de estatais)



• **Caixinha de 1998** - Valério assumiu que repassou R\$ 9 milhões a Cláudio Mourão, coordenador da campanha pela reeleição do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas Gerais em 1998. Mourão retirou ação judicial que movia contra Azeredo, que, por sua vez, diz não ter conhecimento do empréstimo.

**CPI competente:** Mensalão



• **Portugal Telecom** - Denúncias apontam que Valério foi a Portugal a mando do PT negociar propinas. Lá, Valério foi recebido por autoridades públicas e privadas. Ainda ministro da Casa Civil, o deputado José Dirceu recebeu Valério e o presidente do Banco Espírito Santo, Ricardo Espírito Santo.

**CPI competente:** Mensalão e Correios



• **Fundos de pensão** - Aumentaram seus investimentos nos bancos Rural e BMG, instituições que concederam os empréstimos ao PT intermediados por Valério. Também teriam contratado serviços da empresa em que o ex-ministro da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, foi sócio.

**CPI competente:** Correios



• **Lavagem de dinheiro** - As empresas de Valério repassaram pelo menos R\$ 8 milhões por meio do Banco Rural para empresas no Panamá, Uruguai, Estados Unidos e Ilhas Cayman, levantando suspeitas de lavagem de dinheiro, já que os esquemas são parecidos aos identificados em outras CPIs, como a do Banestado.

**CPI competente:** Correios, Bingos e Mensalão, com base ainda no que apuraram as CPIs do Collor, dos Precatórios e do Banestado, entre outras



• **Estatais** - Superfaturamento dos contratos públicos, editais direcionados, pagamento de propina e contribuições a partidos políticos em troca de vantagens em licitações em estatais como os Correios, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Furnas, Petrobras, Banco do Brasil, entre outras.

**CPI competente:** Correios e Bingos (contratos com empresários que exploram jogos oficiais)



• **Exploração de bingos** - Empresas de jogos teriam envolvimento com o crime organizado e relações obscuras com o poder público, por meio de contribuições para campanhas e outras propinas para o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, e na renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal.

**CPI competente:** Bingos

**CRISE POLÍTICA** Publicitário diz ter sido orientado a abrir conta nas Bahamas para receber pagamento do partido

# Duda revela uso de caixa dois em campanhas do PT



Ao decidir acompanhar a sócia Zilmar Fernandes da Silveira e depor espontaneamente à CPI dos Correios na quinta-feira, o publicitário Duda Mendonça elevou a temperatura da crise política. Ele prestou informações comprometedoras para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o PT. Duda afirmou que as campanhas de Lula à Presidência, de Aloizio Mercadante (PT-SP) ao Senado e as de José Genoino e Benedita da Silva para os governos de São Paulo e Rio de Janeiro em 2002 foram pagas parcialmente com dinheiro de caixa dois. Os recursos teriam sido depositados por meio de autorizações do empresário Marcos Valério

em uma conta do publicitário baiano nas Bahamas.

Duda Mendonça narrou que Zilmar entrara em contato com Valério a pedido de Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, para que os sócios recebessem o dinheiro ainda devido pelo PT por trabalho publicitário prestado na campanha eleitoral de 2002 – cobrado na forma de um “pacote” de R\$ 25 milhões, dos quais R\$ 11,5 milhões ainda não tinham sido pagos – e também por um novo contrato de R\$ 7 milhões fechado em 2003.

Segundo o publicitário, depois de Zilmar receber R\$ 1,4 milhão em dinheiro vivo em pelo menos cinco idas a uma agência do Banco Rural em São Paulo, Valério alegou que estava difícil continuar fazendo os pagamentos daquela forma. Seria

preciso dar a ele o número de uma conta no exterior para facilitar o procedimento. Como queria receber o pagamento pelo serviço prestado e se viu na situação de que “ou seria daquela forma ou não teria o dinheiro”, contou Duda, ele decidiu abrir a conta, onde foram depositados cerca de R\$ 10,5 milhões.

Duda Mendonça disse que havia negado inicialmente ter recebido o dinheiro intermediado por Valério para preservar seus clientes. No entanto, acrescentou, resolveu se apresentar à CPI dos Correios por entender que estava sendo envolvido na situação pelo dono da SMP&B. Duda chorou três vezes ao mencionar que sua família estava assistindo ao seu depoimento e afirmou ainda que não podia deixar sua sócia comparecer sozinha à CPI.



Duda Mendonça diz que sua empresa recebeu R\$ 10,5 milhões em paraíso fiscal via Valério

## Valério não explica origem do dinheiro

A origem dos recursos que abasteceram as contas do empresário Marcos Valério permanece misteriosa. No segundo depoimento no Congresso, dessa vez à CPI do Mensalão, Valério deu detalhes sobre os empréstimos que tomou para supostamente financiar campanhas políticas (em 1998, para o PSDB mineiro, e em 2003 e 2004, para o PT). Ele mostrou as respectivas listas de beneficiários. Mas negou que suas contas tenham recebido recursos ilícitos, como de superfaturamento dos contratos de suas empresas com estatais.

Por fragilidade lógica, o esquema dos empréstimos apresentado pelo empresário continua sem convencer os parlamentares, já que em alguns casos nem mesmo juros foram cobrados pelos bancos Rural e BMG, que liberaram recursos sem garantias. Os avalistas, assim como os partidos, não tinham como honrar os compromissos financeiros, o que acabou acontecendo.

– Levei o cano – afirmou Valério, que no entanto não cobrou a dívida com medo de “perseguição” e de perder as contas de publicidade com os governos eleitos.

A conta total apresentada por Valério referente aos empréstimos para o PT desde 2003 – R\$ 55,2 milhões – tampouco bate com os números que constam da quebra dos

sigilos bancários já pedidos pela CPI dos Correios. O número pode chegar a mais de R\$ 200 milhões, o que deixa ainda mais dúvidas sobre a origem dos recursos.



Durante depoimento, Marcos Valério pediu desculpas inúmeras vezes por “ser idiota e fazer o que fez”

Ele voltou a deixar claro que não temia pelo não recebimento dos empréstimos, mesmo sabendo que o faturamento anual do PT era de R\$ 50 milhões. Sua tranquilidade, continuou, era garantida pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, que assegurava que o então ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu (PT-SP), avalizaria pessoalmente a negociação.

Sobre as denúncias de que teria

ampliado um esquema montado nas eleições estaduais de Minas Gerais em 1998, Valério assumiu que tomou empréstimo de R\$ 9 milhões para financiar a campanha pela reeleição do então governador, o hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB). A negociação, segundo o empresário, foi feita por Cláudio Mourão, ex-tesoureiro da campanha, que já foi convocado pela CPI dos Correios. Azeredo disse que não tomou conhecimento do empréstimo, que teria financiado somente campanhas de deputados.

Na lista com 75 beneficiários de R\$ 1,8 milhão do esquema mineiro, aparece Paulo Abi-Ackel, filho do deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), relator da CPI do Mensalão. Mas Valério isentou e elogiou o relator, explicando que o dinheiro era pagamento de serviços advocatícios.

O empresário pediu desculpas inúmeras vezes, por “ser idiota e fazer o que fez”, mas disse considerar a relação com os partidos “normal”. Valério deu a entender que ainda não falou tudo o que sabe. Ao declarar que “tem muito medo”, o empresário chorou, e pediu uma sessão reservada para falar “tudo”. Mas logo em seguida recuou, o que foi interpretado como manobra para conseguir a delação premiada da Justiça.

## Lista causa afastamento de Paulo Pimenta, vice da CPI do Mensalão

Uma lista apócrifa, que teria os nomes de supostos recebedores de recursos das contas do empresário Marcos Valério na campanha eleitoral de 1998 em Minas Gerais, levou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) a pedir afastamento da vice-presidência da CPI do Mensalão. A comissão irá eleger novo vice-presidente na reunião desta terça-feira.

A crise que levou ao afastamento de Pimenta começou após o depoimento de Valério na CPI, na madrugada da quarta-feira. No início do depoimento de Cristiano Paz, publicitário e sócio de Valério, o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) acusou Pimenta de ter aceitado uma carona no

carro do empresário mineiro. A defesa de Pimenta complicou mais sua situação: ele negou ter recebido carona, mas admitiu que fora até o carro de Valério, na garagem do Senado, onde teria recebido um documento, a tal lista apócrifa, das mãos dos advogados do empresário. Estes, porém, negaram a entrega dos papéis.

### Pimenta tentou mudar sua versão para o caso

Diante da situação, Pimenta tentou mudar sua versão para o aparecimento da lista, afirmando que o documento já circulava na CPI “sobre as bancadas”. Os parlamentares criticaram a conduta do vice-presidente da comissão, por ele ter se encontrado, em local estranho à CPI, com um dos investigados. Apelaram ao presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), que não recebeu oficialmente a lista.

A atitude do vice-presidente da CPI levou o líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), a entrar com representação no Conselho de Ética contra Pimenta.



Júlio Redecker (E) acusou Paulo Pimenta de aceitar carona de Marcos Valério

## Empresário se coloca à disposição para acareação

O depoimento do empresário Marcos Valério à CPI do Mensalão ocorreu simultaneamente ao comparecimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios. Valério entregou documentos da contabilidade de suas empresas e, em exposição de pouco mais de duas horas, confirmou o envio irregular de recursos para o exterior, mas rechaçou que a iniciativa da abertura de conta nas Bahamas teria partido dele.

– O pedido para reter recursos para fora foi dele [Duda Men-

donça]. Não orientei ninguém – rebateu Valério.

O empresário voltou a afirmar que o repasse dos recursos, de R\$ 15,5 milhões no total, a Zilmar Fernandes da Silveira, sócia de Duda Mendonça, foi feito por meio de um “consultor” chamado Jader, encarregado de fazer o envio para o exterior.

As CPIs já sabem que havia relacionamento entre os policiais civis Davi Alves de Moraes e Francisco de Assis Lara, identificados como sacadores das

contas de Valério, que levariam os recursos para o doleiro de Belo Horizonte Jader Kalid Antônio. Ainda não ficou claro, porém, a mando de quem eles agiam.

Valério se colocou à disposição das CPIs para participar de acareação com Duda. Mas, apesar das declarações contraditórias do depoente, o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), considera que a acareação pode não acrescentar muito ao trabalho de investigação. “Palavras o vento leva e nada fica”, afirmou Lando. Esse também é o pensamento do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

## Depoimento de Cristiano Paz, sócio da SMP&B, acrescenta pouco

Acompanhado pelos mesmos advogados do sócio Marcos Valério, o publicitário Cristiano Paz, dono de um terço das ações da SMP&B, depôs na quarta-feira em reunião conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão. Mas acrescentou pouco ao que fora dito por outros depoentes.

Cristiano repetiu a mesma versão apresentada por Valério, sua mulher Renilda de Souza e pela diretora financeira da empresa, Simone Vasconcelos. Ele afirmou que, em confiança a Valério, assinava os cheques da empresa com as quantias a serem repassadas

ao PT e não sabia para quem o dinheiro era distribuído. O publicitário relatou que Valério justificava suas relações com o PT alegando que era importante aproximar-se dos políticos, mas assegurava ao sócio que os empréstimos contraídos em nome da SMP&B nos bancos Rural e BMG para favorecer o partido teriam pagamento garantido.

Cristiano Paz afirmou que conheceu Valério em 1996, como consultor financeiro, e que este o havia ajudado nas negociações com os bancos de sua empresa endividada.

**CRISE POLÍTICA** Para senadores da CPI dos Bingos, depoimentos reforçam suspeitas de envolvimento de ministros

# CPI vê ligações entre denúncias e governo



Os depoimentos da última semana – entre eles os de Waldomiro Diniz e Rogério Buratti – reforçaram a percepção de alguns senadores membros da CPI dos Bingos de que os envolvidos no escândalo de aliciação na área de loterias e jogos eletrônicos têm ligações próximas com personagens das CPIs mistas dos Correios e do Mensalão e, principalmente, com diversos escalões do governo.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que foi formado um tripé. “Waldomiro Diniz está ligado ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu; Rogério Buratti já trabalhou para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci;

e o advogado Marcelo Aguiar, da MM Consultoria, atuou na Secretaria de Comunicação Social, de Luiz Gushiken”, afirmou o senador, que acha possível a futura convocação do ministro Palocci.

Durante depoimento na terça-feira, o advogado e consultor Rogério Buratti – secretário de Governo de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), entre 1993 e 1994 – informou que, desde a sua saída do cargo, não manteve mais contato com o atual ministro, com exceção de três encontros sociais.

Contudo, relatório do Ministério Público de São Paulo, de abril de 2004, que consta do inquérito da Polícia Federal sobre a renovação de contrato entre a multinacional Gtech e a Caixa Econômica Federal, aponta que a maioria dos contatos realizados pelo advogado

está relacionada aos números de telefone da casa do ministro da Fazenda e do assessor do ministro, Juscelino Antonio Dourado.

Aparecem ainda na lista Jeany Mary Corner, a cafetina que seria organizadora de festas e que consta da relação de pagamentos autorizados por Marcos Valério; Marcelo Franzine, executivo da empreiteira Leão Leão; e Ralf Barquete Santos, secretário de Fazenda de Palocci na prefeitura e falecido durante as investigações que estão sendo feitas com relação à renovação do contrato das loterias federais.

## Governadores foram convocados

Waldomiro Diniz, ex-presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) e ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa



Senador Mesquita Júnior (D) e outros parlamentares assistem, em telão, a fita em que Waldomiro pede propina a Cachoeira

Civil, negou as versões do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e dos executivos da Gtech. Todos o apontam em esquemas de aliciação. Os senadores aprovaram as convocações da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, dos ex-governadores

Anthony Garotinho e Benedita da Silva e do deputado federal José Dirceu. Nesta semana serão ouvidos representantes da Caixa: o ex-presidente Valderi Albuquerque; os ex-vice-presidentes de logística Paulo Bretas e Mário Haag; e o ex-superintendente Carlos Cartell.

## Consultor teme ser bode expiatório

Ao contradizer grande parte das informações dadas à CPI dos Bingos pelo ex-presidente da Gtech e pelo ex-diretor da empresa no Brasil, Antônio Carlos Lino e Marcelo Rovai, o consultor e advogado Rogério Tadeu Buratti disse que foi escolhido como “bode expiatório” para a situação.

De acordo com os executivos da Gtech, Waldomiro Diniz – ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil – teria imposto a contratação de um consultor indicado por ele para que o contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal, em 2003, fosse efetivado.

O consultor seria Rogério Buratti, ex-secretário na administração de Antonio Palocci em Ribeirão Preto (SP). O advogado teria pedido R\$ 6 milhões, em uma situação de extorsão, segundo Rovai (o pedido inicial era de R\$

20 milhões), para a realização do negócio.

Buratti declarou que foi procurado pelo advogado da Gtech, Enrico Gianelli, para participar de uma reunião com executivos da empresa, que, na ocasião, lhe ofereceram uma planilha de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões, caso conseguisse intermediar a redução do desconto que teria de ser concedido (15%) à empresa pública e a extensão do contrato.

– Queriam me contratar para fazer lobby. Disse a eles que não tinha como conseguir isso. Não aceitei a proposta e não recebi



Buratti disse que executivos da Gtech queriam contratá-lo para fazer lobby junto à Caixa

nada – afirmou Buratti, que disse não conhecer nem ter se encontrado com Waldomiro Diniz.

O depoente enfatizou ainda que a condição antes imposta para a assinatura do contrato – sua contratação pela Gtech – não aconteceu e não impediu a realização do negócio.

## Gravação faz referência a “assunto Brasília”

Conversas de Buratti gravadas pela Polícia Federal foram objeto de questionamento do relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). De acordo com a interceptação feita em 26 de julho de 2004, Luiz Pacola, diretor do

grupo Leão Leão, e Buratti, que também trabalhou nessa empresa de 1997 a meados de 2004, referiam-se ao “assunto Brasília”.

Na conversa, Buratti declarou que “falou com ele”, mas em depoimento à CPI não expli-

cou a quem se referia. No dia seguinte à conversa, o ministro Palocci esteve em Ribeirão Preto, cidade citada na gravação. “Talvez tenha sido o chefe de gabinete do ministro, Ademirson da Silva”, garantindo que não se tratava de Palocci.

## O “festival de mentiras” irrita os parlamentares

Somente a acareação poderá reduzir as inquietações dos membros da CPI dos Bingos, que classificaram os depoimentos do advogado e consultor Rogério Tadeu Buratti, dado ao colegiado na semana passada, e dos executivos da multinacional Gtech, empresa que opera o sistema de processamento de dados das apostas da rede lotérica, como um “festival de mentiras”.

A CPI tem sido tomada por alunos de uma mesma escola, segundo o presidente Efraim

Morais (PFL-PB), que pautam seus depoimentos em mentiras e encenações. Para Flávio Arns (PT-PR), os depoimentos são um desrespeito para com os senadores. Indignado com as respostas de Buratti à comissão, que não soube explicar conversas interceptadas há cerca de um ano, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) afirmou que todos vivem na “República da mentira”.

– É muito difícil acreditar que ele tenha sido chamado para ser intermediário na negociação de

uma multinacional com a Caixa. É natural que as pessoas às vezes mintam para se protegerem, mas eles precisam saber que nós raciocinamos – comentou.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tudo leva a crer que Rogério Buratti “usou a amizade” do ministro Antonio Palocci, ou seja, fez tráfico de influência, para tratar de assuntos da Gtech junto à Caixa.

Já Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) pediu à CPI que formalize junto ao Ministério Público Federal pedido de providências para análise, em profundidade, do contrato da Gtech com a Caixa, considerado por ele como lesivo ao país.

– Acho possível ainda que a Gtech tenha se valido de mais de um esquema para conseguir o que queria – completou.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), considerou que pode ter havido mais de uma frente de contato em atuação com a Gtech: uma encabeçada por Waldomiro Diniz e outra por Rogério Buratti.

## Advogado quase é preso por causa de contradições

As contradições diante de documentos apresentados pela Receita Federal por pouco não resultaram na prisão do advogado Walter Santos Neto, durante depoimento à CPI dos Bingos, na semana passada. Neto atuou duas vezes em favor da Gtech, em briga judicial com a Caixa, relacionada à licitação para contratação de empresa para processamento e operação da rede lotérica no país.

Sem explicar de forma convincente a destinação de cerca de R\$ 13,5 milhões, recebidos por

sua empresa MM Consultoria em causas nos últimos dois anos – entre elas atuações para a multinacional Gtech –, e a retificação de movimentação bancária feita à Receita Federal este ano, com diferenças de mais de R\$ 5 milhões, o depoente teve a prisão defendida pelo senador Magno Malta (PL-ES).

Por decisão dos membros do colegiado, porém, Neto e seu sócio, Marcelo Coelho de Aguiar, que também falou à CPI, deverão apenas ser reconvocados para depor. “Neto também

deverá prestar novo depoimento à Polícia Federal para explicar as dúvidas existentes”, afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que considerou mais produtiva essa alternativa à prisão.

Para o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), a MM Consultoria é uma empresa “laranja VIP”, que pode ter repassado dinheiro da Gtech para Rogério Buratti ou Waldomiro Diniz.

– Nunca paguei ou repassei qualquer valor a essas pessoas que estão sendo acusadas no

caso da Gtech e da Caixa – afirmou Neto.

Primeiro sócio da MM Consultoria, Aguiar, primo em segundo grau de Neto, informou que se afastou da empresa em 1997, vendendo parte de suas ações ao parente, que também adquiriu a participação total do ex-sócio da MM.

Depois de atuar na Anatel e no Ministério da Justiça, Aguiar foi convidado para a Secretaria de Comunicação do governo federal (Secom), comandada por Luiz Gushiken.



Walter Santos Neto não soube explicar onde foram parar R\$ 13,5 milhões que recebeu

**CRISE POLÍTICA** Ex-assessor da Casa Civil afirma que forneceu R\$ 100 mil para o então candidato ao governo do DF

# Waldomiro repassou dinheiro a Magela

Protegido por *habeas corpus*, o ex-subchefe da assessoria parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz negou as acusações que lhe foram imputadas pelo empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e pelos executivos da Gtech, Antônio Carlos Lino da Rocha e Marcelo Rovai.

Acompanhado de dois advogados, Waldomiro só reconheceu o repasse de R\$ 100 mil à campanha do então candidato ao governo do Distrito Federal, Geraldo Magela, em 2002, quando era presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). Disse que o fez a pedido de Cachoeira.

Mesmo após a apresentação da fita em que pede propina a Cachoeira, em troca de direcionar licitação em prol de sua empresa, Waldomiro insistiu que a reunião foi marcada por insistência do empresário, que queria contribuir com campanha política.

Na fita, Waldomiro pede contribuições para as campanhas das então candidatas ao governo do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT), além de 1% para ele no total dos contratos fechados.

– Esse 1% não era para mim, mas para o Armando Dile, que trabalhava com Cachoeira e não recebia havia algum tempo – afirmou o ex-assessor.

Negou que houvesse recebido qualquer pedido de arrecadação de recursos por parte desses candidatos, além de desmentir os que disseram em depoimento que ele era, ao lado de Marcelo Sereno no Rio de Janeiro, responsável pela arrecadação de recursos para as campanhas nacional e estadual do PT.

Ao ser questionado sobre as 248 ligações que manteve com Cachoeira de fevereiro de 2001 a março de 2004, disse que não passavam de mentira, mas teve de voltar atrás quando foi repreendido pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI.

– O senhor mentiu, porque esses números são baseados em documentos da Anatel entregues à CPI. Aqui não há idiotas – reagiu o senador.

Com relação à renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal, o ex-assessor desmentiu as versões dadas pelos executivos da multinacional, que o acusam de impor a contratação de um consultor para que o negócio fosse firmado. Ele afirmou que não conhecia Rogério Buratti. (Veja quadro de contradições)

## Polícia decifrou conversa de Waldomiro por leitura labial

Com relação à fita gravada no aeroporto, em maio de 2002, quando a conversa de Waldomiro e Cachoeira é novamente gravada, a perícia da Polícia Federal, por meio de leitura labial, conseguiu decifrar as falas do ex-assessor.

“Isso vai rolar muito dinheiro, muito dinheiro...”; “Nós temos duas opções: ou nós pegamos e acabamos com ele ou tentamos negociar, mas no fim vou sair ganhando, ele não me serve mais, vamos queimar... mas isso tem que ser confidencial, não se preocupe que ninguém vai tocar em você, eu dou total cobertura”; e “o meu medo é que se faça uma vistoria.” Esses foram alguns dos trechos transcritos. Ainda assim, Waldomiro negou ter conversado nesses termos.

E desmentiu ter contatos regulares com Sílvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Sereno, todos da cúpula do PT. Waldomiro teve encontros com 144 parlamentares enquanto participou do governo Lula.



O ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz (E) nega, ao lado de Efraim, que teria pedido propina a empresário do jogo

## Contradições levam CPI a pedir acareação entre depoentes

Diante das inúmeras contradições entre os depoimentos de Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira, os membros da CPI dos Bingos aprovaram acareação entre os depoentes. Os senadores reclamaram da concessão de *habeas corpus* aos que são ouvidos pelas CPs, instrumento que, segundo eles, permite a proliferação de mentiras.

Autor do requerimento que criou a CPI dos Bingos, o senador Magno Malta (PL-ES) disse que “a cadeia da CPI produz um milagre: os que aqui se sentam nunca fizeram nada ou não se lembram de nada”.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), os senadores não deveriam mais ouvir os que são

acobertados por *habeas corpus*. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também condenou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido e disse que há 20 anos luta para as mudanças na legislação penal, “porque no Brasil só vão para a cadeia os ladrões de galinha”.

– No caso do Waldomiro, há uma fita, prova cabal do crime, e tudo ficou como se nada houvesse acontecido – observou.

Na inquirição a Waldomiro, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, afirmou que não entendia como uma pessoa sem nível superior pode ter alcançado cargo tão alto no governo sem que tivesse forte “apadrinhamento político”.

## Requerimentos aprovados pela CPI dos Bingos

### Convocações

- Rosinha Matheus, governadora do Rio de Janeiro, e Anthony Garotinho, ex-governador
- Benedita da Silva, ex-governadora do Rio de Janeiro
- José Dirceu, deputado federal
- Geraldo Magela, ex-candidato ao governo do Distrito Federal
- Cidinha Campos, radialista do Rio de Janeiro
- Alejandro Ortiz e Johnny Ortiz, família do ramo de jogos
- Luiz Fernando Ferreira Delazai, secretário de Segurança Pública do Paraná

### Quebra de sigilos

- Telefônico de Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública
- Telefônico de Sérgio Canozzi, empresário do Rio Grande do Sul
- Fiscal, bancário e telefônico de Rogério Buratti
- Fiscal, bancário e telefônico da empresa Leão Leão Ltda.
- Fiscal, bancário e telefônico da empresa Santos Assessoria Ltda.
- Fiscal, bancário e telefônico da empresa Editorarte Editora & Gráfica
- Fiscal, bancário e telefônico da empresa Assessorarte
- Fiscal, bancário e telefônico da empresa Dreamport do Brasil
- Fiscal, bancário e telefônico do advogado Rogério Carvalho Lima
- Fiscal, bancário e telefônico da advogada Sâmia Amin Santos
- Fiscal, bancário e telefônico do advogado Marcelo Araújo Campos
- Fiscal, bancário e telefônico do advogado Fernando Luiz Ayres de Lima
- Fiscal, bancário e telefônico do advogado Evaldo Fontes Júnior
- Fiscal, bancário e telefônico de Rosângela Buratti

### Documentos

- Pedido ao promotor de Justiça de Ribeirão Preto, Sebastião Sérgio Silveira, para envio de qualquer processo aberto para apurar o envolvimento de Rogério Buratti em ilícitos penais
- Realização de auditoria fiscal nas declarações de rendimentos de Rogério Buratti
- Apontamentos registrados no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre: Waldomiro Diniz, Antônio Carlos Lino da Rocha, Carlos Cachoeira, Sérgio Canozzi, Denize Canozzi, Denivaldo Henrique Araújo, Rogério Buratti, Elza Buratti, Enrico Gianelli, Luiz Eduardo Soares, Marcelo Coelho de Aguiar, Marcelo Rovai, Ralf Barquete, Walter Santos Neto, Gtech do Brasil, MM Consultoria, BBS Consultores Associados, WWay Informática, Scaine Negócios e Participações, Gestion Consultoria Empresarial e Canozzi Administração e Participação

### Acareação

- Waldomiro Diniz e Carlos Cachoeira

## Roteiro das contradições

Encontros	Waldomiro Diniz - ex-presidente da Loterj e ex-subchefe de assessoria parlamentar da Casa Civil	Carlos Cachoeira - empresário de jogos	Gtech - multinacional que opera e processa os jogos lotéricos federais	Rogério Buratti - advogado e consultor, ex-secretário municipal de governo de Antonio Palocci
Primeiro contato (fev/2003)	Disse que foi procurado por Carlos Cachoeira para uma reunião com os executivos da Gtech. Cachoeira o teria ameaçado com fita de vídeo em que aparece pedindo propina	Afirma que intermediou o encontro de Waldomiro e Gtech a pedido do então assessor parlamentar da Casa Civil. Mesmo alegando ter sido achacado por Waldomiro, quando presidente da Loterj, disse que intermediou o encontro com medo de ser prejudicado por ele	Os executivos da Gtech (Antônio Carlos Lino, ex-presidente, e Marcelo Rovai, ex-diretor da empresa no Brasil) afirmam que receberam ligação de Cachoeira em que dizia que Waldomiro Diniz queria encontrá-los	Não participou
Primeira reunião (fev/2003)	Disse que foi ao encontro, no hotel Blue Tree, para confirmar aos executivos da Gtech que Cachoeira tinha contrato com a Loterj e que o cumpria	Afirma não ter participado de toda a reunião. Fez apenas as apresentações	Waldomiro quis saber sobre o negócio que estaria sendo feito com a Caixa, dando a entender que era uma reunião de interesse do governo	Não participou
Segunda reunião (abril/2003)	Waldomiro e os executivos da Gtech encontram-se no hotel Blue Tree. Ele não disse o motivo do encontro. Contudo nega ter pedido propina à Gtech ou ter imposto a indicação de um consultor para que fosse efetivada a negociação entre a multinacional e a Caixa	Não participou	Waldomiro Diniz, no dia 1º de abril de 2003 - primeira data prevista para a renovação do contrato com a Caixa - impôs a contratação de um consultor, a ser indicado por ele, para que o contrato com a Caixa fosse renovado. Disse que seriam procurados pelo consultor	Não participou
Terceira reunião (abril/2003)	Não participou	Não participou	Foram procurados por Rogério Buratti, no dia 2 de abril. O consultor teria cobrado inicialmente R\$ 20 milhões para que houvesse a renovação do contrato. No mesmo dia, o valor foi reduzido para R\$ 6 milhões	Declarou que foi procurado pelo advogado da Gtech, Enrico Gianelli, para participar de uma reunião com executivos da empresa. Em reunião com os executivos da Gtech, Buratti diz que lhe ofereceram uma planilha com valores até R\$ 16 milhões, que lhe seriam pagos, caso conseguisse intermediar junto à Caixa ou ao governo a redução do desconto, que teria de ser concedido à empresa pública, e a extensão do contrato. Negou a proposta e disse que não tinha meios de executá-la. Nega conhecer Waldomiro
Quarta reunião (abril/2003)	Waldomiro não fez referência ao assunto dessa reunião, também realizada no hotel Blue Tree. Confirmou que, ao todo, esteve três vezes com os executivos da Gtech e nega conhecer Buratti	Não participou	Os executivos informaram Waldomiro que Buratti teve o nome reprovado pela empresa. O ex-assessor parlamentar teria sugerido a troca do consultor por outro nome, proposta que não foi aceita. A Gtech nega ter pago qualquer valor a qualquer pedido de propina	Não participou



JANE ARAÚJO

**CRISE POLÍTICA** Confissões de Duda Mendonça à CPI dos Correios pioram a crise e deixam senadores perplexos

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira, fala em rede nacional: "traído" e "indignado"

# Mesquita Júnior convoca para protesto



O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) conclamou o país a participar, nesta quarta-feira (17), de um protesto em frente ao Congresso, como parte da manifestação pública contra a corrupção no governo.

– Vamos dizer a este governo corrupto que é chegada a hora de o povo assumir a responsabilidade pela condução do país e determinar o que tem que acontecer daqui para frente. Essas pessoas não merecem mais ser consultadas e, se permanecerem até o final do governo, devem obedecer à voz das ruas – afirmou.

O parlamentar defendeu a eleição da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) para a Presidência da República.

– Com Heloísa Helena na condução deste país, governaremos de forma democrática e adotaremos princípios éticos e morais – destacou.

## Defesa de maior reajuste do salário mínimo

Na opinião do senador, ao reajustar o salário mínimo para R\$ 384,29, o Senado não quer prejudicar o governo e "triturar o presidente da República". Os senadores, observou, estão cumprindo sua missão constitucional de fixar um salário mínimo justo e trabalhando, nas CPIs, para

apurar a responsabilidade pela crise política.

– Ninguém está aqui para prejudicar o presidente da República. As pessoas têm que se livrar dessa concepção de que o país vai quebrar com o aumento do salário mínimo. Com mais dinheiro no bolso, o trabalhador vai comprar mais comida, gerar renda e movimentar a economia, beneficiando a todos. Precisamos fixar uma política salarial justa para o trabalhador – afirmou.

O reajuste do mínimo para R\$ 384,29 foi, segundo Mesquita Júnior, uma decisão política, mas sintonizada com os anseios da maioria da população brasileira, que não aceita os rumos que o governo está tomando.

## Esquerda do PT manifesta repúdio

Os deputados federais do PT que integram o chamado Bloco de Esquerda divulgaram na quinta-feira nota em que manifestam seu "repúdio ao criminoso esquema de financiamento de campanha revelado após sucessivos depoimentos colhidos nas CPIs". Além disso, também exigem pro-

vidências do Diretório Nacional do partido. Segundo o coordenador do bloco, deputado Paulo Rubem Santiago (PE), o grupo é formado por 21 parlamentares, todos da Câmara.

Entre as providências exigidas por esses deputados, estão a imediata convocação do Dire-

tório Nacional e o afastamento dos dirigentes denunciados da condição de membros do Diretório Nacional.

O bloco anunciou, ainda, que seus integrantes que ocupavam vice-lideranças entregaram seus cargos à coordenação da bancada do Partido dos Trabalhadores.

## Para César Borges, PT deve perder registro

A lei eleitoral é clara, e qualquer partido que usar recursos do exterior perderá seu registro, sentenciou o senador César Borges (PFL-BA) ao revelar que ficou estupefato com o depoimento do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia Zilmar Fernandes na CPI dos Correios. No depoimento, os dois afirmaram que parte da dívida da campanha eleitoral do PT, cerca de R\$ 10,5 milhões, foi paga por meio de depósitos no exterior.

O senador disse ter ficado impressionado com o aumento dos gastos das campanhas do PT de um ano para outro. Segundo informações de Duda Mendonça, em 2001, seu contrato com o partido era de quase R\$ 600 mil e, em 2002, alcançou R\$ 25 milhões, que incluía a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a do candidato ao governo de São Paulo, José Genoíno, e a da candidata ao governo do Rio de Janeiro, Benedita da Silva. Em 2003, foi de R\$ 7,3 milhões e, em 2004, o pacote foi de R\$ 24,7 milhões, totalizando quase R\$ 60 milhões.

– Como um partido pode pagar tudo isso? Claro que de forma ilegal – opinou.

## "Quem deu as ordens?", questiona Heráclito

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que, apesar das revelações que surgiram nas CPIs na quinta-feira, em todos os depoimentos "os verdadeiros culpados estão sendo protegidos". Para ele, ainda não há resposta para a principal pergunta: "Quem deu as ordens para que tudo isso fosse feito pelo PT?"

Ele se manifestou contrário a uma acareação imediata entre os publicitários Duda Mendonça e Marcos Valério, pois os parlamentares ainda não examinaram a fundo o que os dois disseram. "Acareação agora será uma armadilha contra as investigações", opinou. Heráclito manifestou preocupação com os caminhos das CPIs, na quais "pessoas aparecem de uma hora para outra e dizem que querem depor", como aconteceu tanto com Duda Mendonça quanto com Marcos Valério.

– Temos de tomar cuidado com isso. Não são eles que decidem o que o Congresso quer investigar, nem a hora certa para isso – acrescentou.

## Jefferson cita texto em que Lya Luft defende investigação

Líder do PDT, Jefferson Péres (AM) leu da tribuna artigo da escritora Lya Luft, sob o título "A República do Rabo Preso", publicado na semana passada pela revista *Veja*. No texto, a escritora afirma que, se não houver uma investigação profunda, todos afundarão "num mar morno e de odor suspeito", de onde não se retorna fácil, avisa ela.

## Mão Santa deseja que Lula cumpra todo o mandato

Ao comentar a crise política, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou esperança de que o presidente da República possa se manter no poder até o fim de seu mandato. Ele citou livro de Cervantes, no qual o personagem Dom Quixote dá uma ilha de presente para seu escudeiro Sancho Pança governar e avisa que, para tanto, é preciso acreditar em Deus, ser honesto e trabalhador.

## Jereissati critica atitudes de deputado petista

Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou incongruentes a posição do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que pediu amplo direito de defesa aos acusados de corrupção, e o "espetáculo desavergonhado feito pelo vice-presidente da CPI do Mensalão" [deputado Paulo Pimenta]. Jereissati se referia a suposto encontro de Pimenta com Marcos Valério.

## Antonio Carlos cobra explicações sobre "mensalão"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitou explicações a respeito de três fatos ligados ao presidente da República: sobre empréstimo pessoal que Lula teria feito ao PT; se ele sabia ou não da existência do "mensalão"; e se tinha conhecimento de transação financeira entre a Telemar e a produtora de vídeo de seu filho.

– A liderança do governo não explicou nada ainda – disse.

## Bornhausen: Lula e Alencar não podem ficar omissos

"O presidente da República não pode e não tem o direito de ficar omissos", afirmou Jorge Bornhausen (PFL-SC). Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente, José Alencar, devem prestar esclarecimentos em virtude das denúncias da existência de esquemas de corrupção envolvendo o Partido Liberal (PL) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

## Para Alvaro Dias, Congresso deve discutir o impeachment

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em discurso na quinta-feira, afirmou que o Congresso tem que discutir com seriedade "a palavra que começa a ecoar pelos ares do Brasil com muito mais força": o *impeachment* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Estamos no limiar de uma crise política sem precedentes. É inevitável discutirmos a palavra *impeachment*, depois das revelações de fatos deploráveis que mostram um verdadeiro estelionato eleitoral, ironicamente na voz daquele que se tornou o grande responsável pela imagem do presidente e de seu governo – disse Alvaro, se referindo ao depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios.

Para o senador, esse foi o depoimento "mais verdadeiro" entre todos colhidos pela Polícia Federal e pela CPI. A rede sistêmica de corrupção foi identificada, opinou, e já é possível chegar aos "principais artífices do deplorável modelo".



"Estamos no limiar de uma crise política sem precedentes", alerta Alvaro Dias

## "Sem dúvida, estamos diante de fatos dolosos", diz Papaléo Paes

Em discurso sobre a crise política e o trabalho das CPIs, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que já está demonstrado que "corrupção há, corruptos estão identificados, e corruptores tentam camuflar a realidade". Segundo ele, como os empréstimos levantados pelo empresário Marcos Valério na rede bancária e distribuídos conforme indicado por Delúbio Soares foram feitos inexplicavelmente sem as garantias sólidas, "não há dúvida de que estamos diante de fatos claramente dolosos".

Papaléo afirmou ser inaceitável a justificativa de que esses valores foram utilizados em gastos de campanha não contabilizados, "como se isso fosse legal". Nenhum dos envolvidos pode ser beneficiado, acrescentou, mesmo aqueles que tiverem "biografia notória", sob pena de se comprometer a credibilidade do Legislativo. Para ele, acordos para poupar pessoas são imorais.

O parlamentar criticou "a paralisia" no Congresso e acrescentou que "o momento exige ação e não omissão".

## CRISE POLÍTICA Depoimento de Duda Mendonça e pronunciamento do presidente Lula têm forte repercussão

### Prestação de contas de Lula é falsa, diz Virgílio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o “pênalti político do jogo decisivo da copa do mundo política de sua vida”, comentou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), em reação ao pronunciamento do chefe do Poder Executivo em rede nacional de televisão, na sexta-feira.

– Eu esperava do presidente que não fosse Duda [Mendonça, o publicitário], eu esperava que Lula fosse Lula, mas ontem Duda foi Lula e hoje Lula foi Duda – declarou Arthur Vir-

gílio.

Na opinião do líder tucano, para recuperar a confiança da nação, o presidente Lula deveria “ter dado nomes aos bois”. A prestação de contas feita no pronunciamento do presidente é falsa, segundo o senador.

– O presidente deveria ter falado de improviso, mas ele falou maquiado, gravado, preparado, diminuindo o tom, a sinceridade e a espontaneidade é que deveriam estar contidos na fala presidencial – acrescentou o senador amazonense.

### Pedro Simon pede coragem ao presidente da República

Logo após ouvir o depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPI dos Correios, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente Lula deveria dizer claramente à nação o que pretende fazer em relação à crise.

Simon apelou a Lula: “Aja, presidente, tenha coragem, hombridade, o patriotismo de cumprir o seu dever. Se for o caso, convoque a oposição, a

sociedade brasileira, empresários, trabalhadores, partidos políticos, para encontrar uma porta de saída da crise”, sugeriu o parlamentar.

O depoimento do publicitário Duda Mendonça foi considerado pelo senador o primeiro realmente verdadeiro. Na sua opinião, o pronunciamento de Duda confere nova dimensão à CPI, pois, conforme afirmou, os anteriores foram “hipócritas”.

### Agripino afirma que discurso não foi o de um estadista

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), criticou o pronunciamento do presidente, dizendo que seu discurso não foi o de um estadista, como se poderia esperar.

– Seu olhar não era firme, ele não transmitia sinceridade, mostrou-se sem coragem para enfrentar os fatos e nominar

os companheiros que o haviam traído, como José Dirceu, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Genoíno. Todos foram pilhados cometendo ilícitos – assinalou.

Para Agripino, Lula não citou nomes porque tem medo de, mais à frente, ouvir deles: “Você me entregou, mas você era um de nós, sabia de tudo”.

### Mercadante se diz perplexo com revelações de Duda

“É muito difícil tomar conhecimento de toda essa história pela imprensa e pelos depoimentos às CPIs. Quero deixar bem claro que nunca foi discutido comigo o que hoje é revelado”, declarou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP)



Aloizio Mercadante

durante o depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios.

Mercadante, que não é membro da comissão, pediu para ser ouvido após declaração do

publicitário sobre o pagamento de dívidas de campanhas. Duda se referiu a um pacote no valor de R\$ 25 milhões, referente a serviços prestados à campanha de Lula à Presidência da República e a outras, “como a do senador

Aloizio Mercadante, vitoriosa, e de Benedita da Silva para o governo do Rio de Janeiro e José Genoíno para o governo de São Paulo, derrotadas”.



O pronunciamento do presidente da República foi acompanhado pelos senadores

## Cristovam: Senado deve ficar em vigília



Após assistir ao discurso do presidente Lula na televisão, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) sugeriu aos senadores uma vigília cívica até o esclarecimento completo das denúncias contra o governo e o seu partido. Cristovam Buarque ressaltou, em seu apelo, a importância do Senado na construção de um caminho que garanta a solução da crise política e a retomada do desenvolvimento do país, pois o discurso de Lula não será sufi-

ciente para que o povo recupere a confiança no presidente da República.

– A partir da próxima segunda-feira, o Senado não poderá ser o mesmo. É preciso costurar uma saída para esse momento grave, pois o presidente mostrou que não vai chamar a nós e ao povo brasileiro para construir um caminho. Depois desse discurso, o Brasil não vai mais olhar para o presidente Lula como o farol que daria um rumo ao país – destacou o senador.

Cristovam Buarque afirmou que o discurso do presidente em cadeia nacional de rádio e

televisão o deixou “frustrado, angustiado e bastante preocupado com os rumos do país”. Para o senador, a fala presidencial não apresentou a “dimensão histórica” que o momento exige e não esclareceu as denúncias de irregularidades que provocaram a crise política. Ele ressaltou que o presidente deveria, no mínimo, declarar que não será candidato em 2006.

– Somente assim ele poderia mudar o rumo das coisas. O povo tem o direito de se indignar; já o líder, além de se indignar, tem a obrigação de apontar o caminho – concluiu o senador petista.

### Magno Malta quer passar a limpo o Parlamento

Ao comentar as atividades das CPIs em andamento no Congresso, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que “o Parlamento tem uma oportunidade ímpar de se passar a limpo, no momento em que os olhos da sociedade estão sobre nós, esperando uma resposta”. O senador disse que a população está acompanhando tanto as investigações

em curso quanto as atividades parlamentares e “está cobrando resultados”.

Magno Malta comentou também os depoimentos feitos à CPI dos Bingos na última semana. Sobre Walter Santos Neto, sócio da MM Consultoria (empresa que teria prestado serviços à multinacional Gtech), que depôs na quarta-feira, o senador observou

que ele teria recebido R\$ 15 milhões desde 2003, mas não disse onde está esse dinheiro.

– O depoente não sabe de nada; sofre de amnésia profunda. Aliás, esse parece ser um mal que se abate sobre quem se senta em uma cadeira de CPI – declarou Malta, acrescentando que Walter Santos Neto deveria estar preso.

### Renan manifesta preocupação com revelações

As revelações do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios preocuparam o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Em entrevista coletiva na quinta-feira, Renan avaliou que o depoimento parece sincero e é muito grave.

– O depoimento nos remete a um cenário pantanoso de

ilegalidade, incompatível com a legislação brasileira. Sonegação fiscal, evasão, conta no exterior, são coisas que precisam ser investigadas o mais rapidamente possível. Nada pode ficar sem resposta – afirmou.

Renan Calheiros disse que continuará apoiando as CPIs e as investigações e que vai

“cuidar da cura”.

– O corpo está aí, estendido no chão. Nós precisamos fazer urgentemente as mudanças na legislação político-eleitoral para que as próximas eleições não sejam viciadas e não tenham os mesmos erros das outras eleições, que comprometem a legitimidade – alertou.

**HELOÍSA HELENA** - A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou o “espaço público” a uma quadrilha. Para ela, o presidente, a quem classificou de “o homem mais brilhante e mais inteligente” que já conheceu, sabia da corrupção no governo. “Ele entregou as pérolas aos porcos”, afirmou a senadora.

**CRIVELLA** - Marcelo Crivella (PL-RJ) deu apoio ao presidente da República e afirmou que nenhum senador de “consciência limpa” poderá imaginar que o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), tivesse conhecimento do pagamento de dívidas da campanha eleitoral em contas bancárias no exterior, conforme revelação feita pelo publicitário Duda Mendonça em depoimento à CPI dos Correios.

**LUIZ OTÁVIO** - Luiz Otávio (PMDB-PA) assegurou que continuará defendendo o presidente Lula, que, a seu ver, foi corajoso ao admitir a gravidade da crise política, em pronunciamento à nação na última sexta-feira. “Tenho a convicção de que é nesses momentos que nós precisamos deixar claro para a população brasileira que não sabemos usar somente os bons momentos da vida”, observou o senador.

**EFRAIM** - Efraim Moraes (PFL-PB) lamentou a atitude do presidente da República diante da atual crise, classificando-a de “escapista”, e pediu a Lula para descer do palanque. “A eleição está longe. Caia na real ou o seu mandato pode ficar comprometido”, apelou o senador. Para Efraim Moraes, ao falar de elites golpistas, o presidente da República mostra má-fé ou desconexão com a realidade.

**IDELI** - Ideli Salvatti (PT-SC) reforçou as palavras do presidente Lula, que, no programa radiofônico *Café com o Presidente* do último dia 8, apelou para que as investigações das denúncias de corrupção sejam feitas de maneira célere e eficiente e os culpados sejam punidos, sem impedir o andamento das demais ações, tanto do Executivo, quanto do Legislativo.

REFORMA POLÍTICA Presidente do Senado diz que mudanças no sistema eleitoral devem ser aprovadas até o dia 25

# Líderes articulam mudanças eleitorais

Depois de reunir-se na quarta-feira com os líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a nova versão da reforma eleitoral, a ser aprovada até o próximo dia 25, terá como base projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). O projeto (PLS 275/05) propõe a extinção dos principais responsáveis pelos altos custos das campanhas políticas no país – como a superprodução no horário eleitoral de rádio e TV, os showmícios e a contratação de grandes empresas de marketing – e fixa normas mais transparentes e rígidas para as doações.

– As investigações das CPIs demonstram que é

preciso mudar muita coisa na legislação político-partidária. E algumas mudanças precisam ser radicais, no sentido de assegurar a verdade eleitoral, a igualdade de oportunidades, a ética e a transparência. O Senado, de novo, vai fazer uma tramitação rápida



José Jorge será o relator do projeto de reforma eleitoral de autoria de Jorge Bornhausen

## Projeto defende barateamento e transparência de campanhas

Especialista da área eleitoral e partidária, o senador Jorge Bornhausen elaborou uma proposta bastante abrangente. A transparência das doações é assegurada pela divulgação integral e em tempo real, na Internet, da arrecadação e dos gastos da campanha por cada candidato e partido. Devem estar disponíveis para consulta desde pequenas despesas com impressos e cabos eleitorais até a identificação de fontes doadoras.

São proibidos bocas-de-urna, cartazes, camisetas, bonés e *bottons* no dia da eleição, assim

## Ainda não existe consenso sobre forma de financiamento

Ao final da reunião de líderes com o presidente Renan Calheiros, o líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmaram o acordo para aprovar projeto para diminuir os custos eleitorais. Eles admitiram, no entanto, que ainda não existe um consenso com relação ao financiamento das campanhas, até porque há três propostas em exame.

– Há quem defenda limites para o financiamento privado; há quem defenda o financiamento público

– assinalou Renan.

Bornhausen resume em uma frase o que pretende com o seu projeto: “Moralizar a disputa eleitoral no país já em 2006”. Ele propõe cortar custos e diminuir o período de campanhas, e adotar regras que limitem, disciplinem e assegurem a transparência em relação às polêmicas doações feitas aos caixas de partidos e candidatos.

De acordo com Renan, desde a última quarta-feira já corre o prazo de cinco sessões para a apresen-

tação de emendas a esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para que a matéria seja aprovada até o dia 25. O senador disse que esse é um projeto do Senado, que, mais uma vez, se adianta para dar uma resposta à crise política, lembrando que, desde 2001, a Casa luta por mudanças na legislação.

Depois de classificar a reforma política a ser votada de “emergencial”, explicando que são mudanças radicais e necessárias, Renan afirmou que, se antes a reforma era uma conveniência, hoje é uma exigência da população.

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), será o relator do projeto de reforma eleitoral de autoria de Jorge Bornhausen, com base no qual os líderes partidários pretendem promover mudanças na legislação eleitoral. Começou na quinta-feira (11) e termina nesta quarta-feira o prazo para apresentação de emendas à proposta, que receberá decisão terminativa na CCJ.

como os showmícios e as superproduções no horário eleitoral.

O horário eleitoral gratuito é reduzido, de acordo com a proposta, para 35 dias nas eleições estaduais e federais e para 20 dias nas municipais. Nos programas e comerciais de rádio e televisão, só pode falar e aparecer o candidato.

Doações de pessoas físicas e jurídicas limitam-se a 50 mil Ufirs e 150 mil Ufirs, respectivamente. Sociedades beneficentes ou sem fins lucrativos, organizações não-governamentais e empresas que tenham contrato com órgãos públicos não podem fazer doações.

das campanhas; e há o projeto de Bornhausen, que traz regras rígidas com relação à restrição daqueles que podem participar desse processo de financiamento – analisou o presidente do Senado.

Renan observou ainda que, do ponto de vista do financiamento das campanhas, é fundamental tornar disponíveis todas as informações na Internet (exigência prevista no projeto de Bornhausen) para que haja acompanhamento mais eficaz da sociedade e da Justiça Eleitoral.



Renan Calheiros (E) em reunião com líderes partidários para definir rumos da reforma eleitoral

## Conferência mostra experiências internacionais

Ocorreu na quarta e quinta-feira passadas a Conferência Internacional sobre Reforma Política, promovida pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, em parceria com a Câmara. Na ocasião, parlamentares, jornalistas, cientistas políticos e representantes de organizações não-governamentais debateram temas como o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária. Conheceram ainda detalhes dos sistemas eleitorais em diversos países.

O representante do governo norte-americano, Michael Toner, detalhou os mecanismos de financiamento eleitoral público nos Estados Unidos e defendeu a mudança nos limites praticados atualmente naquele país. Segundo ele, o financiamento público, instituído após o escândalo de Watergate (1974), funcionou bem só nos primeiros 20 anos. Desde então, tornou-se “inade-

quado”, pois os valores oferecidos são muito inferiores aos que os candidatos conseguem arrecadar no setor privado.

Toner citou o caso das eleições entre o atual presidente George W. Bush e o candidato democrata John Kerry. Enquanto o financiamento público oferecia US\$ 45 milhões para cada um, Bush e Kerry recolheram entre os empresários, respectivamente, US\$ 270 milhões e US\$ 235 milhões.

Bradley Smith, representante da Comissão de Eleições Federais dos Estados Unidos, explicou que o controle dos gastos eleitorais no país se baseia em três exigências: contribuições feitas com cheque, o que possibilita o rastreamento da doação; gastos dos fundos partidários têm de ser necessariamente em campanhas,

jamais para uso pessoal do candidato; e prestação de contas pela Internet antes das eleições.

No México, segundo a deputada Gabriela Ruiz, várias reformas foram feitas desde 1988, entre elas a criação de um órgão eleitoral independente – com representantes da sociedade e dos partidos –, que assegurou “autoridade moral” para fiscalizar os partidos.

O representante da Fundação Konrad Adenauer, Wilhelm Hofmeister, destacou que o temor que existe no Brasil de que as listas fechadas de candidatos possam restringir o acesso de partidos aos cargos eletivos não ocorre na Alemanha. Como lá os partidos são fortes, os candidatos precisam conquistar o apoio dos conselhos distritais para serem indicados.

### Nos EUA, o financiamento público foi instituído após Watergate

## Câmara tem projetos prontos para votação

Na Câmara, o projeto de reforma elaborado pela comissão especial criada em 2003 para analisar o assunto está pronto para votação em Plenário. A essência da reforma está contida nos projetos de lei aprovados pela comissão especial – PLs 2.679/03 e 1.712/03.

Entre as mudanças previstas na primeira proposta, estão o financiamento público das campanhas e o voto de legenda por meio das

listas – em que o eleitor vota não em um candidato, mas em listas definidas pelos partidos. O projeto também cria as federações partidárias, às quais os partidos deverão permanecer filiados por pelo menos três anos, e reduz a cláusula de barreira de 5% para 2% do total de votos registrados na eleição para a Câmara. Já o PL 1.712/03 aumenta o prazo de filiação partidária para candidatos a

cargos eletivos. O objetivo é evitar as constantes mudanças de partido às vésperas das eleições.

Além dessas, há pelo menos 20 outras propostas de mudança no sistema eleitoral tramitando na Câmara. Dessas, duas propostas estão prontas para votação no Plenário e, por contarem com o apoio de partidos como PFL, PSDB e PT, têm mais possibilidade de ser incluídas na pauta.

### Desconstruindo os gastos dos candidatos

Proposta de Jorge Bornhausen elimina as principais causas dos altos custos das campanhas eleitorais brasileiras

#### Programas políticos gratuitos de rádio e TV

– Prazo é reduzido para 35 dias nas eleições federais, estaduais e distrital e para 20 dias nas eleições municipais.  
– Só candidatos podem falar e aparecer. Cenários despojados, apenas com logotipo, nome e número do partido e candidato. Só *jingle* ou hino do partido permitido como fundo musical.

#### Campanha nas ruas

– Os showmícios acabam.  
– Faixas, *outdoors*, cartazes, camisetas, bonés ou *bottons* no dia da eleição ficam proibidos.

#### Despesas e doações

– Proibido gastar de qualquer outra fonte que não a conta bancária específica da campanha.  
– Doações em dinheiro de até 150 mil Ufirs (limitadas a 3% do faturamento bruto) das empresas e de até 50 mil Ufirs para pessoas físicas.  
– ONGs, sociedades beneficentes e entidades sem fins lucrativos estão proibidas de fazer doações a candidatos ou partidos, inclusive publicidade.  
– Empresa que tenha contrato com qualquer órgão público é proibida de fazer doações.



#### Transparência e responsabilidade

– Designação de responsável legal pela arrecadação, gestão e aplicação dos recursos recebidos.  
– Partidos têm que publicar na Internet, diariamente, os valores de gastos e receitas.  
– Prestação final de contas no máximo 72 horas após o término da campanha.

#### Penalidades e multas

– Penas e multas em dobro às da legislação em vigor para quem descumprir as normas.

REFORMA POLÍTICA Senadores discutem medidas necessárias ao saneamento moral da democracia brasileira

# Tebet quer fidelidade partidária rigorosa

A crise é fruto de uma legislação que precisa ser reformada, avaliou em Plenário o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele defendeu a realização imediata da reforma política, como resposta à sociedade brasileira. Dada a proximidade das eleições, o senador sugeriu a alteração de pelo menos alguns pontos da legislação eleitoral, como a fidelidade partidária, com o objetivo de acabar com os partidos de aluguel, "eliminando-se as causas do caixa dois".

– Não se pode admitir que o Congresso esteja nos últimos lugares na avaliação da população. Está na hora de uma vacina ética que injete bons costumes na política brasileira. Não podemos



Ramez Tebet diz que é preciso vacinar os partidos contra os maus costumes que depreciam a política junto à população

perder a oportunidade de passar a limpo o Brasil – disse.

Tebet ressaltou que a sociedade exige rigorosa apuração dos fatos e está desconfiada quanto à possibilidade de um "acordão", sem punição dos culpados. Apesar

da crise "sem precedentes", o senador pelo Mato Grosso do Sul acredita que o país evoluiu, uma vez que se encontra em pleno Estado de direito "e ninguém ousa apontar uma outra saída que não a aplicação da lei".

## Suplicy propõe contas na Internet

Prestação de contas em tempo real, pela Internet, para que qualquer pessoa possa verificar as receitas e as despesas de qualquer candidato a cargo eletivo. Esse é o objetivo do projeto de lei que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ao Senado, para dar "transparência ao financiamento de campanhas eleitorais". De acordo com o projeto, o candidato que não se submeter à nova determinação terá seu registro cassado.

– A rede mundial de computadores permite ao cidadão exercer vigilância sobre os atos dos administradores públicos, mas falta estender ao processo eleitoral a divulgação dos fatos relativos às campanhas, entre os



Suplicy: medida ajuda eleitor a ver influência do poder econômico sobre candidatos

quais a prestação de contas dos candidatos – argumentou.

Suplicy disse que o deputado federal Chico Alencar (PT-RJ) havia sugerido, em 2002, que o

partido apresentasse na Internet as receitas e despesas feitas por seus candidatos.

– Infelizmente, a direção do PT não concordou, porque entendeu que esse procedimento só seria eficaz se valesse para todos os partidos políticos – acrescentou.

O senador explicou que, com esse tipo de informação, o eleitor poderá avaliar a compatibilidade dos recursos financeiros recebidos pelos candidatos e os gastos realizados em sua campanha.

– Assim o cidadão poderá ter esclarecimentos de cada candidato sobre o compromisso com a verdade e quanto à dimensão da influência do poder econômico sobre cada candidatura – afirmou.

## Cristovam defende limite para as despesas

Lido na sessão de quinta-feira, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PT-DF) que pretende regular aspectos relativos ao financiamento de campanhas e, assim, moralizar o sistema político-eleitoral brasileiro.

A proposta se baseia no projeto aprovado pela comissão especial da Câmara dos Deputados que se dedicou ao estudo da reforma política.

Além da adoção do financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais, Cristovam procura aperfeiçoar o projeto da comissão especial ao impor limites de gastos nas disputas para cargos do Legislativo. Para baratear esse processo, obriga partidos políticos e coligações a seguirem os seguintes tetos: R\$ 150 mil para senador, R\$ 70 mil para deputado federal; R\$ 35 mil para deputado estadual e distrital; R\$ 15 mil para vereador.

O cumprimento desses limites

de despesa também passa por mudanças no formato da propaganda eleitoral gratuita. Em seu projeto, Cristovam determina que será permitida apenas a participação dos candidatos ou a apresentação de debates entre os concorrentes, com a presença de um mediador, nos programas de rádio e televisão.

A proposta proíbe os partidos de receberem doações de pessoas físicas e jurídicas, exceção apenas para os filiados (até R\$ 700 por mês).

## Renan recebe agenda da CNI e anuncia votações

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira a "Agenda mínima para a governabilidade", elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e entregue pelo presidente da instituição, Armando Monteiro Neto. A mesma agenda foi levada ao presidente da República e apresenta 18 propostas em seis áreas consideradas prioritárias: infra-estrutura, sistema tributário, ambiente regulatório, reforma do Estado e gestão, inovação e sistema político.

A agenda contém sugestões que podem levar à redução de juros, melhoria do gasto público e maior confiança dos empresários, para que aumentem seus investimentos. Armando Monteiro disse que a proposta foi elaborada para que a sensação de paralisia do governo não comprometa o ambiente institucional e econômico.

– Independentemente da crise, que tem dinâmica própria, e do rumo do processo de investigação, que deve ser amplo e rigoroso, o governo, o Congresso e as instituições têm que funcionar. Pretendemos criar uma agenda que possibilite uma travessia dessa crise com o menor custo possível para a sociedade e para a economia – afirmou.

Renan disse que qualquer

agenda mínima está comprometida pela inércia, pois o governo tem sido passivo. Ele assinalou que o governo precisa ajudar o Congresso a priorizar a votação de pontos fundamentais como a reforma tributária, a chamada "MP do Bem", a medida provisória da receita única e os estímulos à produção e à exportação.

– A agenda mínima da CNI é um caminho, é um rumo. Nós temos outras agendas. O importante é priorizar a votação. A partir de agora, todas as terças, quartas e quintas-feiras, vamos ter uma pauta de votação. O partido que quiser obstruir vai obstruir, mas é uma posição política. Se não obstruir, nós vamos votar tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal – afirmou.



Armando Monteiro, presidente da CNI: agenda para não paralisar o país

## Simon espera que presidente do Senado lidere mudanças

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a reforma política e disse que o entendimento necessário à sua realização deveria ser encampado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Na opinião do senador, é possível fazer a reforma, sem "acordão" e com a continuidade das CPIs, chegando a um entendimento sobre as mudanças possíveis. E sugeriu o financiamento público de campanha, que, como lembrou, já estava previsto em proposta de sua autoria (PLS 141/97, pensado a outros projetos e enviado à Câmara).

– Está provado que toda corrupção na vida pública começa na campanha política. É preciso encontrar fórmula que a limite. Em 90 dias, disse, é possível

instituir o financiamento público, além da fidelidade partidária e da cláusula de barreira, para evitar "30 partidos que se vendem a cada eleição".

Simon criticou a lista fechada, por permitir que os atuais parlamentares encabeçam a lista de eleitos, e as campanhas de televisão, que para ele representam mais de 60% dos gastos de campanha. O senador defendeu transmissões ao vivo, "para que o povo veja quem é de fato o candidato".

Na defesa da reforma, Simon deplorou ainda o troca-troca de partidos, em que "mais de cem parlamentares" teriam entrado para o PTB, o PP e o PL, patrocinados pelo PT.

## Osmar Dias apóia projeto de Bornhausen

O senador Osmar Dias (PDT-PR) elogiou o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que modifica as campanhas políticas no país, classificando-o como "mais do que oportuno". A proposta, afirmou, permitirá criar um novo ambiente político no país, em que "práticas clandestinas e desonestas que alimentam a corrupção poderão ser combatidas".

– Não adianta ficarmos aqui apenas discutindo a crise. Temos de discutir o futuro – alertou o senador.

## Sibá diz que momento é ideal para novas regras

A reforma política e o andamento das CPIs que investigam denúncias de corrupção foram analisados pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Contrário à adoção do parlamentarismo como saída para coibir irregularidades na prática política, o petista considera o momento ideal para realizar ajustes na legislação eleitoral.

– Se o Senado quer votar matérias importantes da reforma política a tempo de ver as regras aplicadas nas eleições de 2006, é preciso assumir suas responsabilidades – cobrou.

## Bezerra aprova acesso de todo cidadão ao Siafi

Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, sugeriu medidas para combater, em médio prazo, a corrupção na administração pública do país, "nos níveis, federal, estadual e municipal". O senador enfatizou sua disposição de aprovar propostas anticorrupção já existentes, como o projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) que universaliza o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), já deliberado pelo Senado e em tramitação na Câmara.

## Suassuna sugere menores custos por candidato

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a desburocratização do processo eleitoral, que, para ele, deve se tornar mais simples e mais justo, apontando alternativas para os muitos gastos de campanha que os candidatos têm hoje.

– Talvez tenhamos que fazer santinhos padronizados e programas ao vivo, em vez de gravações; talvez devamos proibir ou limitar os *outdoors*, proibir as camisetas, os bonés. Tudo isso tem que ser pensado rapidamente – salientou Suassuna.

**EMIGRAÇÃO** Comissão reafirma desejo de investigar situações degradantes vividas por brasileiros em outros países

# CPI vai a Minas ouvir relatos de violência nos EUA



Os integrantes da CPI Mista da Emigração Ilegal de brasileiros iniciam, a partir desta semana, uma série de audiências públicas nos estados e também no exterior. Para os dias 18 e 19, a CPI marcou audiências públicas em Governador Valadares (MG), um dos municípios com maior número de habitantes vivendo no exterior. O relator da comissão, deputado João Magno (PT-MG), adiantou que, em Governador Valadares, serão ouvidas em audiências reservadas pessoas que sofreram violências quando tentavam atravessar a fronteira dos Estados Unidos.

O presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), anunciou que, ainda este mês, irá a Londres acompanhar as investigações sobre a morte do electricista Jean Charles de Menezes, de 27 anos, morto pela polícia britânica numa estação de metrô. João Magno antecipou que, caso se confirme que a polícia atirou quando Jean já estava dominado, a ação poderá ser configurada como crime hediondo, o que repercutirá no julgamento e no cálculo da indenização à família do brasileiro.

Crivella disse que, em Londres, a CPI quer manter contato com a comunidade brasileira para radiografar seus problemas e discutir uma forma de melhorar suas condições de vida. A Grã-Bretanha está

se transformando em importante rota de emigração de brasileiros, a partir do aumento no controle da entrada nos Estados Unidos desde o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001.

Os integrantes da CPI reforçam que a comissão também pretende investigar situações degradantes enfrentadas pelos emigrantes brasileiros, como prostituição na Espanha e o uso de mão-de-obra escrava no Japão, entre outras denúncias.

## Há 23 mil brasileiros presos por imigração ilegal nos EUA

Os parlamentares estão preocupados com o incremento no número de brasileiros que morrem ao tentar cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos, onde todos os anos entra cerca de 1 milhão de imigrantes ilegais. No mês de julho, 23.814 brasileiros estavam presos nos EUA.

– Só no Texas, há mais de mil brasileiros detidos por imigração ilegal. A cada manhã, a polícia do estado captura de 20 a 30 brasileiros na faixa de fronteira – informou Crivella, que em julho visitou prisões norte-americanas e ajudou a repatriar brasileiros.

Crivella apontou ainda que a economia norte-americana precisa importar mão-de-obra, mas o Brasil consegue uma média medíocre de vistos de trabalho, cerca de 6 mil.



GABINETE DO SENADOR MARCELO CRIVELLA

Crivella conversa com deportados dos EUA: só no Texas, 30 prisões por dia

## Consulados não sabem lidar com problema

Para o deputado João Magno, diante do quadro crescente de emigração de brasileiros, será necessário rediscutir a legislação para oferecer mais apoio a esses segmentos que deixam o país, e coibir a ação dos aliciadores.

– Estamos saindo da posição de país que sempre recebeu imigrantes para a posição de país de emigrantes, e isso vai exigir mudanças – explicou o relator, que criticou o “despreparo” dos consulados brasileiros para resolver problemas de imigrantes ilegais.

Para Magno, a repressão americana não repercutiu na disposição das pessoas de

entrarem no país a qualquer preço.

– Os riscos são cada vez maiores; as violências e mortes são freqüentes, mas muitos preferem continuar tentando, porque, uma vez nos Estados Unidos, em poucos anos podem ganhar mais dinheiro que no Brasil – constata o relator. Para levar imigrantes ilegais aos Estados Unidos, os “coiotes” chegam a cobrar até US\$ 10 mil.

Além do combate à ação dos “coiotes”, João Magno também quer dar ênfase no trabalho de vencer o governo norte-americano a aumentar o número de vistos de permanência de brasileiros.

## Histórias dos presos são dramáticas

O sonho de uma vida melhor nos Estados Unidos para aqueles que decidem ingressar ilegalmente no país muitas vezes acaba em humilhação e desespero em prisões, onde os imigrantes podem permanecer meses, justamente no lugar onde esperavam ter uma vida melhor. Relatos dramáticos dessas aventuras interrompidas foram ouvidos pelo

*Em sua viagem, Crivella viu prisioneiros nus, esfarrapados e na solitária*

senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que visitou brasileiros presos em três viagens que fez aos Estados Unidos.

– Encontrei uma moça de Brasília na Central Texas Parole Violators, que estava presa na solitária, deitada nua e enrolada em

um cobertor, numa cama sem colchão ou travesseiro. O diretor disse que ela era louca e que havia tentado se enforcar. Conversei com a presa, que falou de sua situação de desespero. Por não dominar o inglês, ela tentou durante meses chamar atenção para o seu caso – contou Crivella, que conseguiu o repatriamento da brasileira.

O senador afirmou ter encontrado “prisioneiros que enfrentavam um calor insuportável, e outros com as roupas esfarrapadas, muitos deles presos há meses e sendo explorados por advogados inescrupulosos”, observou o presidente da CPI. Segundo ele, o diretor de uma

das prisões visitadas reforçou a gravidade da situação.

– Ele informou ter ouvido de um dos advogados que o dever do presídio era manter os ilegais presos e o deles “conseguir até o último centavo dos presos”, que muitas vezes recebem ajuda financeira de comunidades brasileiras nos Estados Unidos.

Além da atuação de advogados aproveitadores, a permanência prolongada na prisão se dá em função do número insuficiente de defensores voluntários nos presídios. O senador encontrou um casal de brasileiros que estava há oito meses na mesma prisão. Durante esse tempo os dois nunca haviam se encontrado. Por intermédio de Marcelo Crivella, eles também puderam retornar ao país.

## Agenda

▶ Nesta terça-feira, às 11h30, a CPI ouve, em Brasília, depoimento do diretor da Polícia Federal em Governador Valadares (MG), Rui Antônio da Silva.

▶ Na quinta, a CPI terá a sua primeira audiência externa em Governador Valadares. O presidente da comissão, senador Marcelo Crivella, o relator, deputado João Magno, e parlamentares mineiros deverão ouvir autoridades da região e representantes da comunidade acadêmica que estudam questões que envolvem a emigração.

▶ A agenda em Governador Valadares na sexta-feira prevê audiências reservadas com deportados e familiares de brasileiros que vivem ilegalmente no exterior. A CPI também está empenhada em colher depoimentos dos “coiotes”, que aliciam e promovem a emigração ilegal de brasileiros.

▶ O próximo compromisso externo da CPI será uma viagem a Londres, em data a ser marcada, para acompanhar as investigações sobre a morte do brasileiro Jean Jacques de Menezes, morto pela polícia britânica.

## A emigração em números

✦ Cerca de 2,2 milhões de brasileiros residem no exterior atualmente, entre os quais 1,13 milhão em situação ilegal.

✦ O principal destino dos emigrantes brasileiros são os Estados Unidos, onde vivem cerca de 867 mil, sendo 558 mil ilegais (a CPI estima que o número é bem maior).

✦ Depois dos EUA, os países com mais brasileiros são o Paraguai, com 357 mil (243 mil ilegais); Japão, com 275 mil (700 ilegais); Itália, com 129 mil (70 mil ilegais); e Reino Unido, com 100 mil (90 mil ilegais).

✦ As remessas de dinheiro de residentes no exterior chegam a US\$ 6 bilhões por ano. As remessas registradas podem chegar a US\$ 30 bilhões.

✦ Depois dos mineiros (30%), há grande emigração de paulistas (20%), fluminenses (18%), capixabas (10%) e goianos (5%).

Fonte: CPI da Emigração Ilegal e Ministério das Relações Exteriores

## Remessa de dinheiro legal agora ficou mais fácil

As dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no exterior não atingem apenas os ilegais. Há muitas queixas sobre o tratamento dispensado pelos consulados e diplomatas. Até pouco tempo, os que queriam enviar dinheiro para o Brasil enfrentavam os juros exorbitantes dos bancos ou caíam nas mãos de doleiros e atravessadores. De acordo com o relator da CPI, deputado João Magno, isso começou a mudar com o acordo firmado em junho entre a Caixa Econômica Federal e o governo.

Os brasileiros já podem enviar

até US\$ 500 sem pagar tarifa. Para valores superiores a R\$ 30 mil, cobra-se uma taxa de 2,5%. De acordo com dados da Caixa, cerca de 150 contas estão sendo abertas por brasileiros a cada semana desde a vigência do acordo.

Quanto aos serviços prestados pelas representações brasileiras no exterior, na semana passada o senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou “o descaso” das autoridades no caso da capixaba Edilaine Vieira de Souza, assassinada em junho passado em Portugal. Edilaine morava havia dois

anos com o marido em Portugal, trabalhando respectivamente como garçone e motorista. A moça desapareceu, e o marido teria procurado, sem sucesso, o apoio da polícia portuguesa e das autoridades diplomáticas brasileiras.

– Graças ao aparente descaso das autoridades, somado à indiferença da diplomacia brasileira, o assassino permanece impune e a família nem sequer pode providenciar um túmulo para que ela descanse em paz – lamentou o senador.

## ORÇAMENTO

# Comissão aprova a 4ª versão da LDO

Atropelado pela crise política, o governo não conseguiu evitar a aprovação, na Comissão Mista de Orçamento, da quarta e última versão do substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que gera novos gastos públicos em 2006. Agora, o único jeito de mudar o texto, como reconhece o relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG), é alterá-lo no Plenário do Congresso ou por meio de veto presidencial.

O prazo para apresentação de destaques ao substitutivo na comissão foi encerrado na terça-feira passada e, portanto, não há mais como algum parlamentar da base aliada encaminhar modificações que evitem essas despesas adicionais. A votação dos destaques ficou para esta ter-

ça-feira, na reunião ordinária da comissão, às 14h30, depois que o PFL voltou a obstruir os trabalhos em função de declarações à imprensa do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, contrárias ao acordo fechado pelo relator com os parlamentares da chamada bancada ruralista.

O temor da área econômica não é a prorrogação para o próximo ano de três parcelas das dívidas de custeio da safra 2004/2005, referentes a julho, agosto e setembro. Em entrevista à imprensa, Paulo Bernardo deixou claro que não se opõe a esse voto do Conselho Monetário

Nacional (CMN) acertado entre os ruralistas e os ministros da Fazenda e da Agricultura. Ele esclareceu que não houve entendimento com o governo em relação ao dispositivo que foi aprovado na última versão do substitutivo de Machado.

Pelo texto que permitiu suspender a obstrução do PFL e a votar a quarta versão do relatório sobre a LDO, o Orçamento de 2006 terá de incluir os recursos necessários para atender despesas que resultarem da aprovação de projetos de refinanciamento e alongamento das dívidas de crédito rural e agroindustrial.

O ministro diz que nem sequer foi consultado sobre essa proposta e que não foram feitas as contas sobre o tamanho do gasto que isso poderá provocar no Orçamento.

Há dois projetos de refinanciamento das dívidas rurais em discussão na Câmara. Um deles é do presidente da Comissão de Agricultura, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). Na avaliação de Caiado, esses projetos envolvem um montante de R\$ 12,8 bilhões a serem renegociados. No caso de aprovação, esse dinheiro deixaria de voltar para o sistema de crédito rural, exigindo novos recursos bancários e fiscais, entre eles os que são orçados pela União para equalizar os juros dos financiamentos aos produtores (*ver matéria abaixo*).

## Reajuste do funcionalismo

Paulo Bernardo informou que manteve encontro com Caiado e outros parlamentares na semana passada e avisou ser "particularmente" contra os projetos de renegociação das dívidas rurais. Outro ponto do substitutivo que desagradou a área econômica foi o reajuste linear aos servidores públicos ativos e inativos, correspondente à estimativa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) *per capita* em 2005. Segundo o ministro, esse aumento de 1,7% a 1,8% na folha de pagamento da União também não foi discutido entre o relator e o governo.

Esses dois dispositivos aprovados pela comissão são os que mais preocupam o governo. Paulo Bernardo descartou que seja contra o fim do contingenciamento às emendas individuais, como chegou a ser noticiado pela imprensa. Ele defendeu essa proposta durante todo o tempo que presidiu a Comissão Mista de Orçamento.

Pela avaliação que ele solicitou à Secretaria de Orçamento Federal, há mais de R\$ 1 bilhão em emendas de parlamentares que



Fernando Bezerra (E) e Caiado (C), que exigiu mudanças ao relator da LDO

poderiam estar sendo executadas. Elas estão em áreas como saúde, assistência social, e ciência e tecnologia, que estão livres de contingenciamento. "Pensei que éramos nós os malvados", brincou. Geralmente, conforme explicação de consultores da área de Orçamento do Congresso, são emendas que não conseguem ser executadas porque as prefeituras estão inadimplentes ou porque o

formato dos projetos não atende aos quesitos estipulados por determinado órgão público.

O relator disse que o ministro já lhe comunicou que está elaborando o projeto da lei orçamentária com base na terceira versão do seu relatório. "Se o Congresso não votar a LDO até 31 de agosto, prevalece o que o Executivo quiser", entende Gilmar Machado.

## Ruralistas ameaçam obstruir votação do projeto no Plenário

O governo terá de costurar um acordo com a bancada ruralista para votar o projeto da LDO de 2006 na reunião do Congresso marcada para as 10h desta quarta-feira. O presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), adiantou ao **Jornal do Senado** que o PFL voltará a obstruir os trabalhos na Comissão Mista de Orçamento, na qual ainda faltam votar os destaques, e no Congresso, onde as matérias só passam por acordo devido às dificuldades em se garantir quórum na sessão.

O deputado considera que houve uma ruptura no acordo fechado com o relator da LDO, no momento em que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, não reconheceu as negociações sobre a previsão orçamentária para projetos que venham a ser aprovados renegociando as dívidas rurais.

E mais do que isso. Segundo o parlamentar, a área econômica do governo avisou

na última quinta-feira que o voto *ad referendum* do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a prorrogação das dívidas de custeio da safra 2004/2005, só será assinado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se a bancada concordar em retirar o dispositivo da LDO. Para se contrapor a essa posição, os ruralistas prometem impedir a votação.

- Sem LDO, o presidente não terá o que vetar - adverte Caiado, revelando uma das estratégias dos parlamentares para forçar o governo a voltar a negociar.



O senador Gilberto Mestrinho espera votar a LDO no Congresso esta semana

## Governo adia debate com o Senado sobre déficit nominal

Sem condições políticas para discutir com o Senado a possibilidade de mudar a Constituição e garantir metas fiscais de longo prazo, o governo resolveu adiar o debate sobre a contenção de gastos públicos e o objetivo de zerar o déficit nominal, conceito que diferencia do superávit primário por incluir o pagamento com juros e encargos da dívida governamental.

O seminário promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), previsto para quinta-feira, para aprofundar a proposta do ex-ministro e deputado Delfim Netto (PP-SP), com participação dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi cancelado em função do aumento do salário mínimo para R\$ 384,29, votado pelo Senado no dia anterior.

## DESARMAMENTO

### "Não" será a primeira opção no referendo

O "não" será a opção número um na urna eletrônica a ser utilizada no referendo que deixará nas mãos dos eleitores a decisão sobre o futuro do comércio de armas de fogo no Brasil. Esse foi o resultado do sorteio, realizado na terça-feira, dia 9, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que contou com a presença do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do deputado federal Alberto Fraga (PFL-DF), os dois expoentes políticos na defesa do fim do comércio de armas e da manutenção do direito de possuir uma arma.

Renan Calheiros disse que o fato de a opção "não" aparecer em primeiro lugar não influenciará o resultado do referendo.

- Os últimos serão os primeiros, e espero que isso se concretize no referendo - afirmou.

Para Alberto Fraga, a ordem das opções também não influenciará o resultado. Para ele, o que prevalecerá é a conscientização da população.

Os dois parlamentares voltaram a defender suas posições contra e a favor do desarma-

mento.

- Nós sabemos que a violência tem muitas causas. Mas, se retirarmos as armas de circulação, se proibirmos a venda de armas, vamos acabar com o chamado crime imotivado, o crime sem causa, que ocorre em função de se ter ali uma arma de fogo. Não tenho dúvida que, após a campanha de esclarecimento, a cada dia haverá uma conscientização maior da população, fundamental para que decida bem - assinalou Renan.

Alberto Fraga também observou que vai concentrar a campanha de esclarecimento na conscientização. A Frente Parlamentar pela Legítima Defesa, que defende o voto "não" ao desarmamento, pretende mostrar a dificuldade que existe hoje para se comprar uma arma de fogo, e que não é proibindo o comércio que se diminui a criminalidade.

- O cidadão que se sentir seguro vai votar "sim". O cidadão que não se sentir seguro vai votar "não", e é isso que nós esperamos - assinalou o deputado Alberto Fraga.

## COMISSÕES

# Microempresas terão US\$ 1 bilhão

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai ter garantia da União para contratar empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Na última terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável a mensagem em que o governo pede autorização para obter crédito no âmbito de convênio que poderá carrear US\$ 9 bilhões do BID para o segmento ao longo de nove anos.

Com a contrapartida de um terço pelo BNDES, o programa vai colocar inicialmente US\$ 3 bi-

lhões à disposição das empresas, ao custo de 1% mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Para o relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), o programa do BNDES vai expandir a capacidade produtiva instalada e o nível de emprego. Apesar da crise política, afirmou, o Parlamento não pode ser paralisado e não existe interesse em atrasar projetos benéficos para o país.

– O governo pode estabelecer relações de absoluta seriedade com o Congresso – salientou.

Destacando o empenho e a isenção do relator, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu e obteve aprovação de urgência para votar a mensagem em Plenário.

– Questões de natureza política não podem interferir no julgamento do mérito de matérias relevantes para o país – disse.

Vários senadores expressaram suas críticas. Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu que, conforme norma legal, 25% dos recursos sejam para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. César Borges (PFL-BA) destacou a contradição de o governo fazer novo empréstimo após cancelar operações em execução, como contratos do Banco Mundial para os metrô de Salvador, Recife e Fortaleza. Manifestaram-se ainda Ramez Tebet (PMDB-MS), João Capiberibe (PSB-AP), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).



Segundo Osmar Dias (E), governo tem apoio para projetos que beneficiam o país; a seu lado, Fernando Bezerra

## Ceará é autorizado a financiar programa de saneamento

Outro empréstimo autorizado pela CAE permitirá que o governo do Ceará financie programa de saneamento básico que vai beneficiar 100 mil pessoas em diversas regiões do estado. A operação, junto à instituição de fomento alemã KfW, totaliza créditos de até 8,69 milhões de euros, com garantia da União.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é beneficiária de outro empréstimo autorizado pela comissão, no valor de US\$ 33 milhões, a ser contratado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos

vão ser empregados no Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro.

A CAE também acolheu requerimentos dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Aelton Freitas (PL-MG), para verificar a aplicação dos recursos de poupança em financiamentos habitacionais no Nordeste; do senador Sibá Machado (PT-AC), para audiência pública sobre gestão de florestas públicas; e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pela promoção de seminário sobre as idéias do economista Celso Furtado.

## Casas de abrigo receberão apoio do Funpen

As casas de abrigo que acolhem vítimas de violência doméstica podem ser beneficiadas pelo Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), de acordo com parecer favorável a projeto de lei da Câmara (PLC 109/03), complementar, aprovado na terça-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), a violência em casa, além de problema político, cultural, policial e jurídico, é questão de saúde pública, pois as vítimas, em sua maioria mulheres, crianças e adolescen-

tes, adoecem e sofrem.

– A existência desse tipo de abrigo responde à necessidade de se garantir a integridade física e mental dos agredidos e, em alguns casos, a própria vida – afirmou Lobão.

O presidente da comissão, Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), informou que o presidente da Comissão Extraordinária para a Tutela e a Promoção dos Direitos Humanos da Itália, senador Enrico Pianetta, manifestou

**Lobão: é preciso mais centros de socorro às vítimas de violência doméstica**

interesse em realizar trabalho conjunto com a CDH, especialmente em relação a questões relacionadas aos índios.



## CITRICULTURA

## Comissões discutem concentração econômica no agronegócio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que a esperada decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em relação à aquisição das operações de produção de suco de laranja da Cargill pelas empresas Citrusuco e Cutrale pode estar sujeita a questionamento judicial. Isso pode ocorrer, disse ele, se o Cade não levar em conta questões logísticas que reforçam o panorama de concentração econômica no agronegócio, em

que quatro empresas detêm 86% do processamento do produto *in natura* e cerca de 90% das exportações.

A questão foi levantada por Crivella em audiência das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que debateu o processo de concentração econômica na citricultura. Crivella observou que o parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE) do Ministério

da Fazenda, um dos elementos em que se baseará a decisão do Cade, não aborda o impacto das vantagens da Citrusuco e da Cutrale no embarque de sucos para o exterior.

O representante da SAE, Marcelo Saintive, garantiu que a compra da Cargill não deu mais poderio logístico às compradoras, já que não foi transferida a gestão sobre o terminal portuário que a empresa detinha no Porto de Santos. Assim, a Cutrale e a Citrusuco não passaram a ter acesso vantajoso ao porto.

– O acesso não existia antes da operação [compra da Cargill] e continuou não existindo depois dela – assegurou.

Saintive também salientou que o Cade descartou aumento do poder de compra da laranja *in natura*, ao contrário do que disse o presidente da Associtrus, Flávio Viegas. No caso da Cutrale, essas compras representavam 23% e foram elevadas para 25%.

– É um aumento que consideramos não expressivo – disse Saintive, observando que nos EUA a legislação impõe restrições somente quando o nível de concentração passa de 35%.

## Citricultores condenam falta de concorrência no setor

O presidente da Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), Flávio de Carvalho Pinto Viegas, afirmou em audiência pública que a industrialização, a logística e a comercialização de suco de laranja são controladas por poucas indústrias, que impedem a entrada de novas empresas no mercado e a concorrência no setor. Ele condenou também as "práticas abusivas" das empresas sobre os produtores.

– A citricultura vem sofrendo um processo predatório. Quatro principais empresas contam com quase a totalidade das exportações; três delas, que possuem relações familiares ou de parceria comercial, con-

trolam 100% do sistema de distribuição a granel do suco concentrado e congelado exportado – disse Flávio Viegas.

### Denúncias de uso de mão-de-obra infantil

O procurador do Ministério Público do Trabalho Ricardo Wagner Garcia disse que na citricultura o produtor é levado a aceitar as condições de apenas quatro indústrias. Uma delas, a Cutrale, é identificada com a marca "amiga da criança", mas usa crianças nas colheitas.

Prefeitos e vereadores de cidades paulistas estiveram na audiência, requerida por Aelton Freitas (PL-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Suplicy questiona fim do contrato padrão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber por que o Cade determinou a suspensão, este ano, da negociação entre produtores de laranja e indústria, o chamado contrato padrão, pelo qual eles acordavam condições gerais de preços e colheita do produto a cada safra. Com as negociações, as atividades e custos da colheita cabiam à indústria.

Bárbara Rosenberg, da SDE, disse que, ao investigar denúncia de cartelização no setor, o Cade considerou que as questões levantadas pelos produtores decorriam do contrato padrão e determinou a suspensão das negociações bilaterais, daí as atividades e custos da colheita agora correrem por conta dos produtores.



Flávio Arns (no centro), vice-presidente da CRA, preside audiência sobre cartelização no setor de cítricos

## COMISSÕES



Gerson Camata (à frente) assume presidência da Comissão de Educação no lugar de Hélio Costa, ministro das Comunicações

## Senador tem unanimidade para dirigir colegiado

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) foi eleito por unanimidade, na última terça-feira, para a presidência da Comissão de Educação (CE). Ele substituirá o senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações.

– A Comissão de Educação é, sem dúvida, a mais importante do Senado, pois ela lida com educação, cultura, ciência, tecnologia, comunicação e arte. A comissão é antenada no futuro, em todos os aspectos – avaliou Camata.

De acordo com o senador, entre os principais temas a serem debatidos pela comissão ao longo deste semestre, estão a regulamentação dos novos serviços de telecomunicações, a implantação da televisão de

alta definição, a reforma do ensino universitário e a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Comunicação (Fust).

Camata afirmou que a comissão também pretende discutir

algumas metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o ensino superior, como a interiorização da educação pública e o funcionamento noturno de pelo menos 30% dos cursos das universidades federais.

– Hoje em dia, só estuda na universidade federal aquele que não precisa trabalhar. Os que têm que trabalhar de dia não podem ir à noite estudar porque não existe curso. E aqueles prédios enormes ficam vazios – concluiu Camata.

## Comissão aprova normas de proteção do patrimônio fóssil

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira passada parecer favorável ao projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece normas para a proteção do patrimônio fóssil brasileiro. A matéria seguirá para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O projeto (PLS 57/05) proíbe o envio de fósseis para o exterior, exceto quando se destinarem a museus ou instituições de ensino, e determina que a pesquisa e a coleta de registros pré-históricos sejam previamente autorizadas pela autoridade competente. A proposição também define sanções administrativas e penais para o comércio irregular de material fóssil, com penas que variam de um a cinco anos de detenção, além de multa.

De acordo com a proposição, os critérios para a classificação de sítios arqueológicos deverão considerar a contribuição ao

avanço do conhecimento científico, a preservação do equilíbrio ecológico e o potencial de reativação econômica das regiões onde a existência de patrimônio fóssil favoreça a criação de atividades não predadoras, como o turismo científico e ecologicamente orientado.

A classificação dos sítios arqueológicos deverá também levar em conta a preservação da cobertura vegetal e os recursos hídricos locais, além da representatividade da região nos contextos geológicos regional, nacional e mundial.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que acrescenta o nome de Mário de Almeida Franco ao aeroporto da cidade mineira de Uberaba (PLS 153/05), além de oito decretos legislativos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária em municípios da Bahia e de Alagoas.

# Ampliado o prazo para abertura de inventário

O prazo previsto para o requerimento de inventário e partilha, estabelecido no Código de Processo Civil, será ampliado de 30 para 90 dias. A medida consta de projeto de lei apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA) e aprovado na última quarta-feira em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 458/03) altera o artigo 983 da Lei 5.869/73, que passa a ter a seguinte redação: “O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 90 dias a contar da data da abertura da sucessão, ultimando-se nos seis meses subsequentes”.

Para César Borges, o prazo atual de 30 dias para o requerimento de inventário e partilha, após a data do óbito, é “extremamente exíguo”.

– Muitas vezes, os herdeiros se sujeitam à multa pelo descumprimento desse prazo, uma vez que, ainda sob o choque da perda de um parente querido, em muitos casos afigura-se trabalhosa a preparação de toda documenta-

ção necessária ao ajuizamento da ação de inventário e partilha, em face das exigências legais, tais como certidões de registro de imóveis e certidões negativas de tributos – argumentou.

Na opinião do relator do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), a ampliação do prazo é justa, pois a família terá mais tempo para reunir as provas necessárias à instrução dos autos.

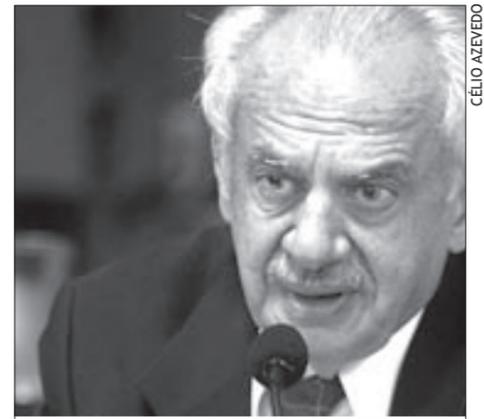
– Assim, em vez de punir com multa, pela demora, os interessados no ajuizamento, pois é evidente o interesse dos familiares em concluir a partilha, e não em retardá-la, passa-se a conceder prazo ampliado, além de real oportunidade para os herdeiros se organizarem, antes de iniciar o processo de inventário e a partilha – observou Simon.

A CCJ aprovou também parecer favorável ao projeto de lei do Poder Executi-

vo (PLC 58/05) que transforma as faculdades federais integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

De acordo com a proposta, que teve voto favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a universidade terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver pesquisas.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação (CE).



Para o relator Simon, o aumento do prazo é justo pois dá mais tempo para reunir provas

## Punição para quem lida com armas químicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na última quarta-feira, parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades vedadas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (Cpaq).

Segundo relatório do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a proposição (PLC 26/98), de autoria do Poder Executivo, estabelece medidas internas de implementação do tratado de 1993, que bane as armas químicas.

– O PLC é de extrema importância, pois demonstra disposição

brasileira não só de cumprir com suas obrigações internacionais, mas de ser protagonista na luta contra armas de destruição em massa – destacou Virgílio.

### Pena de um a dez anos de prisão

Além de estabelecer infrações administrativas, o projeto tipifica dois crimes, com penas que variam de um a dez anos de reclusão. O primeiro é o de usar armas químicas ou realizar atividades que envolvam a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas ou de substâncias químicas abrangidas pela Cpaq com a finalidade de produção de armas. O segundo crime é o de contribuir, direta

ou indiretamente, para o uso de armas químicas.

Segundo a Cpaq, os países que aderirem ao tratado devem colaborar entre si e com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq). Para isso, cada país deverá ter uma autoridade com o objetivo de coordenar as relações com as demais nações e com a Opaq.

– No Brasil, essa autoridade é a Comissão Interministerial para Assuntos Relativos à Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas – informou Virgílio em seu parecer.

A matéria também já foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e será agora examinada pelo Plenário.

## Tribunais eleitorais deverão ter novas vagas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os 27 tribunais regionais eleitorais poderão realizar concurso público para preenchimento de vagas em diversas áreas. A medida está prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 55/05) que recebeu na quarta-feira parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que ainda será examinada em Plenário, extingue e cria cargos e funções nos quadros desses tribunais.

Somente para analista judiciário, o projeto, de autoria do TSE, cria 849 cargos efetivos, enquanto que, para técnico judiciário, são 1.289 novas vagas, extinguindo-se outros 32 car-

gos de auxiliar judiciário. Para cargos em comissão, as cortes eleitorais estão criando mais 394 cargos em diversos níveis e 1.566 funções comissionadas, extinguindo 972 dessas comissões.

Na justificativa à criação dos cargos, o TSE argumenta que o aumento das despesas será em parte compensado pela redução contingente de profissionais terceirizados e pela extinção de funções comissionadas.

Ao apresentar voto favorável à matéria, o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), disse

que o Brasil é hoje a nação mais avançada na informatização do processo de votação e apuração. Para ele, a aprovação da proposta permitirá à Justiça

Eleitoral continuar a exercer suas funções da melhor forma.

– É necessário fornecer à Justiça Eleitoral os recursos mínimos para o seu funcionamento. E a criação de cargos e funções nos tribunais eleitorais representa a adequação da estrutura desses órgãos para fazer frente à sua elevada missão institucional – afirmou.

**TSE afirma que custos serão compensados com redução de terceirizados**

## COMISSÕES

# Previdência não pode bloquear benefícios

O pagamento de benefícios da Previdência Social não poderá ser previamente bloqueado para a realização de recadastramento de segurados. Projeto nesse sentido (PLS 483/03), de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), foi aprovado na última quinta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com o texto, o recadastramento deve ter notificação pública com antecedência mínima de 90 dias.

A iniciativa, de acordo com o autor, surgiu quando o então ministro da Previdência Ricardo Berzoini implantou o recadastramento. Segundo Cabral, o projeto estabelece os parâmetros para que os segurados sejam recadastrados com uma "conduta mínima de respeito".

Quando o segurado tiver mais de 60 anos, informou o relator *ad hoc*, senador Augusto Botelho (PDT-RR), o recadastramento deverá ser previamente agendado no órgão competente, com observância ao Estatuto do Idoso. Já no caso de pessoas com idade acima de 80 anos, ou impossibilitadas de se locomover, acrescentou Botelho, o processo de atualização



Sérgio Cabral diz que a iniciativa do projeto surgiu quando o então ministro Ricardo Berzoini implantou o recadastramento

do cadastro deve ser realizado na residência do segurado.

– Certa é a necessidade de controle efetivo dos gastos da Previdência e o combate rigoroso às fraudes. Todavia, não podemos esquecer que, de igual importância, é garantir que não haja desrespeito à dignidade humana, que não se exponha o indivíduo a perigo, nem a condições desumanas ou degradantes – observou o relator.

A CAS aprovou também, por unanimidade, parecer favorável

ao projeto de lei (PLS 174/00) do então senador Luiz Pontes, que altera a Lei 9.656/98 para obrigar os planos privados de assistência à saúde a oferecer cobertura das despesas dos acompanhantes de pacientes menores de 18 anos. O relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), apresentou uma emenda em que exige que a presença de acompanhantes seja prescrita pelo médico. O projeto depende ainda de exame em Plenário.

## Circos poderão ser considerados patrimônio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quinta-feira, por unanimidade, parecer favorável ao projeto de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que define o circo como parte do patrimônio cultural brasileiro e determina o registro das empresas do ramo no Ministério da Cultura (PLS 397/03). Votada sob a forma do substitutivo elaborado pela relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a proposta – que também fixa medidas de proteção aos animais circenses – foi enviada à Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa.

Pelo projeto, explicou Maria do Carmo, o emprego da denominação "circo" dependerá de registro no Ministério da Cultura, concedido apenas àqueles que apresentem, no mínimo, 50% de atividade circense. A senadora disse que a proposta também obriga os circos a man-

terem a saúde e a segurança de seus animais, não permitindo que sejam maltratados, e a tomar medidas que evitem riscos para os espectadores.

Maria do Carmo ressaltou que o circo constitui expressão artística e cultural importante, especialmente para a população das pequenas cidades. Disse ainda que eles enfrentam a concorrência de empresas com espetáculos parcialmente circenses. Na opinião da relatora, a inscrição no Ministério da Cultura contribuirá para reduzir as dificuldades enfrentadas perante as autoridades municipais e estaduais.

– Julgamos importante restringir o uso da palavra circo apenas aos tradicionais, de natureza itinerante e familiar, montados sobre estruturas circulares de lona. A proposta visa defender o circo tradicional – enfatizou.

No debate sobre a matéria,



Substitutivo de Maria do Carmo Alves teve acolhida unânime

o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considerou o circo uma atividade importante, especialmente no Nordeste, devido ao preço acessível do ingresso e à espontaneidade e identificação com a realidade local.

O presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), registrou a presença de representantes dos circos Zanquetini, Estoril e Beto Carrero.

## Heráclito debate energia com norte-americanos

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Heráclito Fortes (PFL-PI), recebeu na quinta-feira, em seu gabinete, representantes da Comissão Federal de Regulação de Energia, dos Estados Unidos, para discutir a situação dos investimentos no setor energético no Brasil.

Heráclito elogiou o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na criação de con-

dições para o desenvolvimento dos projetos de parceria público-privada (PPP) no setor.

Ao responder a uma pergunta do chefe da divisão de projetos de energia da comissão norte-americana, Ed Abrams, sobre o principal obstáculo aos investimentos no setor, Heráclito respondeu: "burocracia". Ele também criticou o papel das organizações não-governamentais (ONGs) na área ambiental.

## Projeto de Delcídio apóia pequenos produtores

Os produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome, inclusive para a merenda escolar, devem ser comprados preferencialmente de pequenos produtores das regiões onde serão consumidos. É o que determina projeto de lei de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS) aprovado na quinta-feira, em turno suplementar e decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), nos termos do substitutivo apresentado pelo relator Osmar Dias (PDT-PR).

Em seu parecer, Osmar Dias esclareceu que a intenção de Delcídio Amaral com o PLS 36/03 foi a de incentivar a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares para os programas de combate à fome. Porém, como ressaltou o relator, a maior parte da proposta foi atendida com a aprovação da Lei 10.696/03, originada do Executivo, que já vincula essas compras a programas destinados à população em situação de insegurança alimentar. O substitutivo de

Osmar Dias, portanto, propôs incluir os dois pontos ainda não contemplados na lei elaborada pelo Executivo.

– São eles: a preferência por gêneros da região onde serão consumidos e a extensão da abrangência da distribuição aos programas da merenda escolar – informou Osmar Dias.

### Consumo de tabaco em debate no Senado

A comissão também aprovou requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) para a realização de audiências públicas com o objetivo de debater, em diversos estados, os impactos da aplicação da chamada Convenção-Quadro, que resulta de acordo internacional destinado a reduzir os níveis de consumo do tabaco e está em fase de discussão no Senado. Em datas ainda a serem definidas, as audiências estavam previstas apenas para Brasília, Tubarão (SC) e Maceió (AL), mas os senadores decidiram também incluir a cidade de Arati (PR) e uma outra a ser definida, no Rio Grande do Sul, em área de fumicultura.

## Aprovado programa especial de crédito para cafeicultor

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quinta-feira projeto que autoriza o Executivo a criar programa especial de crédito para auxiliar os produtores de café de Rondônia. A proposta, de iniciativa do ex-senador Moreira Mendes, tem como objetivo garantir aos cafeicultores locais o acesso a linhas de custeio e comercialização destinadas a garantir preços mínimos compatíveis com os custos de produção.

À época da apresentação do projeto (PLS 87/02), o Brasil colheu uma safra de café estimada em 39 milhões de sacas – 1,7 milhão produzido em Rondônia. Os preços do produto vinham numa trajetória de queda que afetava os produtores nacionais, com maior impacto, segundo o autor do projeto, sobre os cafeicultores da região Norte.



O relator Juvêncio da Fonseca se diz favorável ao projeto por causa da relevância social

O relator da proposta, senador Juvêncio Fonseca (PDT-MS), salienta em seu parecer que o estabelecimento de políticas de desenvolvimento específicas é da competência do Executivo, mas se posicionou favoravelmente ao projeto por conta de sua relevância social.

## Indicações de embaixadores recebem parecer favorável

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na quinta-feira parecer favorável às indicações, pela Presidência da República, de novos embaixadores. Júlio Cesar Gomes dos Santos deverá assumir o cargo de embaixador na Colômbia. Ivan Oliveira Cannabrava foi nomeado para a embaixada no México e, cumulativamente, em Belize, pequeno país do Caribe. Para a Grécia, foi aprovado o nome de Mauro Mendes de Azeredo.

Na sua exposição, Santos ressaltou que, atualmente, o Brasil tem vislumbrado várias oportunidades

comerciais com a Colômbia, principalmente na área da exportação de serviços. Cannabrava destacou, sobre o México, que pretende atuar na questão dos brasileiros que tentam chegar aos Estados Unidos pela fronteira mexicana. Ao falar sobre a Grécia, Azeredo disse que o Brasil é a única nação da América Latina com a qual a Grécia mantém um acordo de cooperação cultural e educacional.

Segundo o presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), a comissão vai tomar medidas para que as indicações sigam imediatamente para o Plenário.

## PLENÁRIO

## Congresso promulga o Plano Nacional de Cultura

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram na quarta-feira a Emenda Constitucional 48/05, que determina a instituição do Plano Nacional de Cultura, que terá duração plurianual e será elaborado por meio de lei específica.

A proposta de emenda que trata da criação do plano (PEC 57/03) é de autoria do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que esteve presente à solenidade de promulgação da matéria. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, também compareceu à cerimônia

de promulgação.

De acordo com a emenda, o plano tem como objetivo o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que conduzam à defesa e à valorização do patrimônio brasileiro. Cabem ainda ao plano a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens culturais; e a valorização da diversidade étnica e regional.

## Senado aprova MP sobre auxílio financeiro para estados do Sul

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira medida provisória (MP 250/05) que abre crédito extraordinário de R\$ 30 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional. Esses recursos deverão viabilizar o atendimento das vítimas de recente estiagem no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A matéria

segue agora à promulgação.

Segundo destacou a relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), esse crédito vai permitir a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei 10.954/04, às famílias com renda mensal de até dois salários mínimos atingidas pela estiagem.

## Renan e Severino firmam acordo

Em reunião com os líderes do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e da oposição, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), os presidentes da Câmara, Severino Cavalcanti, e do Senado Federal, Renan Calheiros, decidiram

que as duas Casas terão pauta de votação às terças, quartas e quintas-feiras e trabalharão em conjunto a partir de agora. Severino anunciou que esta semana será realizada uma reunião para definir os projetos que vão a votação.

**PROGRAMAÇÃO** - Com voto contrário da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o Plenário do Senado aprovou, na última quarta-feira, a programação monetária para o terceiro trimestre de 2005 (PDL 390/05). A Comissão de Assuntos Econômicos havia apresentado parecer favorável pelo relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A matéria agora irá para a Câmara dos Deputados.

**UNIVERSIDADE** - Vai à sanção presidencial, após ser aprovado pelo Senado, projeto de lei da Câmara (PLC 58/05) transformando a Faculdade de Diamantina, em Minas Gerais, em Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. No seu parecer, o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou a importância de se oferecer ensino superior gratuito nessas regiões.

## Presidência



O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira passada a visita da vice-presidente do governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de La Веja. No encontro, Renan explicou como o Congresso está lidando com a crise política, o aprofundamento das investigações que estão sendo feitas pelas várias comissões parlamentares de inquérito e as negociações em torno de uma inevitável reforma política.

# Senadores elevam mínimo a R\$ 384,29

A Medida Provisória (MP) 248/05 – que em maio aumentou o salário mínimo de R\$ 260 para R\$ 300 – foi alterada no Senado por meio de uma emenda que eleva ainda mais o valor do piso, fixando-o em R\$ 384,29. A mudança, realizada na quarta-feira passada, representou uma vitória da oposição sobre o governo. A matéria, agora transformada em projeto de lei de conversão (PLV), será discutida e votada na Câmara dos Deputados. Enquanto não sai a decisão final, continua prevalecendo o texto da MP com o mínimo em R\$ 300.

Durante a sessão, vários senadores protestaram quanto ao valor de R\$ 300, por considerá-lo muito baixo, e lembraram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com a promessa de que dobraria o salário mínimo. A emenda que estabelece o mínimo em R\$ 384,29, apresentada na Câmara, só pôde ser votada depois de o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentar um destaque de votação em separado para ela.

A emenda foi aprovada com 30 votos a favor, 27 contra e 5 abstenções. Da base governista, Cristovam Buarque (PT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) se abstiveram de votar, enquanto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Capiberibe (PSB-AP) votaram a favor. Já no PMDB, João Batista Motta (ES), José Maranhão (PB), Mão Santa (PI), Papaléo Paes (AP) e Sérgio Cabral (RJ) votaram favoravelmente à emenda, enquanto Pedro Simon (RS) se absteve.

Ao defender os R\$ 300, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que esse valor “representa o melhor reajuste e o maior valor



A aprovação de um salário mínimo superior aos R\$ 300 da medida provisória foi considerada uma derrota para o governo

em dólar desde 1986”. Ele considerou a alteração da MP uma irresponsabilidade, e ressaltou que não há previsão orçamentária para isso.

Os cálculos do governo é de que esse reajuste provocará um acréscimo de R\$ 15,96 bilhões nas suas despesas deste ano (R\$ 12,61 bilhões só com benefícios previdenciários). O projeto prevê ainda um aumento do mínimo de 39,09% em 2006, além da correção pela variação do PIB *per capita* e inflação no período. Segundo o ministro do

Planejamento, Paulo Bernardo, o mínimo subiria para R\$ 540,61 no próximo ano, com impacto de R\$ 52 bilhões sobre os gastos do governo federal.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou que, para duplicar o salário mínimo, a evolução seria a seguinte: em 2003, teria aumentado de R\$ 200 para R\$ 281,94, e não para R\$ 240, como de fato ocorreu; em 2004, seria elevado para R\$ 358,96, e não para R\$ 260; e, neste ano, iria para R\$ 455,09, ao invés dos R\$ 300 propostos pelo governo.

## Curtas

**APOIO** - Parlamentares e representantes de associações do oeste do Pará reuniram-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio contra as “rigorosas normas ambientais” que impedem o desenvolvimento da região. Eles disseram que lá pode se iniciar um problema social grave, caso o poder público continue atuando com tanto rigor junto à economia da região.

**ASSINATURAS** - Representantes do Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (Iapaz) estiveram em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, quando lhe entregaram um abaixo-assinado solicitando o fim da cobrança da taxa de assinatura das linhas telefônicas. O documento contém, segundo o deputado estadual Sargento Isidoro (PT-BA), que integra o Iapaz, 115 mil assinaturas.

## Renan promete apoiar projeto que amplia licença-maternidade

Durante encontro na última quarta-feira com a senadora Patrícia Saboya (sem-partido-CE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu apoio para projeto que propicia incentivo fiscal às empresas que concederem licença-maternidade de seis meses para suas funcionárias.

– Vou fazer tudo para que esse projeto tenha tramitação rápida e possa, num curto espaço de tempo, ser sancionado pelo presidente da República – afirmou Renan ao final do encontro. O senador prometeu que, se houver alguma resistência à sua aprovação, trabalhará para removê-la.

## Ministério entrega plano contra desertificação no Brasil

O Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente de acordo com a Convenção Internacional de Combate à Desertificação, do qual o Brasil é signatário, foi entregue na terça-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O portador do documento, o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, assinalou a importância de uma ação planejada para definir prioridades e orientar a aplicação dos recursos nesse combate.

## PLENÁRIO

# Viana quer prioridade para saneamento básico

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu o exame e a aprovação imediata do Plano Nacional de Saneamento Básico. O projeto foi enviado à Câmara ainda na gestão do então ministro das Cidades, Olívio Dutra. Tião Viana sustentou que "a matéria é relevante e faz parte

da agenda positiva do governo".

Ele frisou ainda que o plano deveria ter prioridade "até sobre a proposta de reforma política", referindo-se ao fato de a oposição ter condicionado a votação da reforma política à deliberação sobre qualquer outra matéria da pauta do Congresso.

E lembrou que, nas últimas semanas, a pauta tem sido travada por medidas provisórias e seu exame postergado em função das atividades das comissões de inquérito.

– Trata-se de matéria bem detalhada por sanitaristas de profundo conhecimento técnico. O Parlamento não pode se omitir e deveria aprovar a proposta com urgência – enfatizou.

Recordando que, de cada tonelada de lixo produzida por dia no

Brasil, 70% ficam expostos ao sol, Tião Viana cobrou maior compromisso dos parlamentares com a saúde e com a resolução do déficit de saneamento no país.

## Senador sugere medidas contra o alcoolismo

Tião Viana também manifestou sua preocupação com o aumento do alcoolismo no Brasil e sugeriu ao Plenário a regulamentação de decreto do presidente da República, de 28 maio de 2003. O decreto é derivado de estudo de um grupo interministerial sobre políticas públicas para as bebidas alcoólicas e contém 53 itens visando reduzir seu consumo no país.

O estudo determina a necessidade de revisar o conceito vigente de bebida alcoólica, constante na Lei 9.294/96, e de proteger crianças e adolescentes, indígenas e portadores de doenças mentais.



Tião Viana cobra mais compromisso com a saúde e o saneamento básico

# Alvaro Dias critica falta de investimento

A falta de investimentos públicos por parte do governo foi criticada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o parlamentar, apenas 4% dos investimentos aprovados pelo Congresso para 2005 foram executados até agora – ou seja, de um total de R\$ 21,2 bilhões para este ano, somente R\$ 853,6 milhões foram pagos até julho. Alvaro Dias também associou a escassa liberação de recursos à crise política e à austeridade fiscal.

– A crise política tem levado a equipe econômica a assumir uma

postura ainda mais conservadora do que a que vinha adotando, o que resulta na acumulação de superávit primário muito acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Até junho, o superávit primário acumulado neste ano estava em R\$ 60 bilhões, o equivalente a 6,4% do produto interno bruto (PIB) – afirmou. Superávit primário é a soma das receitas do governo menos as despesas, excluindo-se dessa conta o pagamento de juros.

Para demonstrar o impacto da

falta de investimentos, Alvaro Dias citou como exemplo o programa de manutenção da malha rodoviária federal, cujo orçamento livre de contingenciamento seria de R\$ 2 bilhões, mas cuja execução até julho foi de apenas R\$ 159,3 milhões – cerca de 8% daquele valor.

Outro exemplo é o do Sistema Único de Segurança Pública. Segundo o senador, de um total de R\$ 225,3 milhões aprovados para este ano, foram gastos até julho R\$ 1,9 milhão, o que representa 0,8% do total.

## César Borges acha que Nordeste está sendo prejudicado

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que o presidente Lula "tem tido com o Nordeste uma desatenção quase criminosa". Ele classificou como negligência a ameaça de interrupção no fornecimento de gás para a região e o projeto de recriação da Sudene, que ainda não foi deliberado pelo Congresso.

– Quando um projeto é prioritário para o governo, aprova-se a matéria rapidamente. Mas o governo retirou a urgência constitucional do projeto de recriação da Sudene – disse.

## José Jorge cobra recursos para o porto de Suape

Ao destacar a importância do Complexo Industrial Portuário de Suape para o estado de Pernambuco e preocupado com o futuro do projeto, o senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo a liberação de recursos para sua continuidade e manutenção.

O senador pernambucano avaliou que, desde a sua fundação, em 1975, até hoje, nunca uma administração federal tinha sido tão displicente em relação a Suape.

## Agripino quer Rio Grande do Norte produzindo PVC

O senador José Agripino (PFL-RN) lamentou que o presidente da República tenha escolhido Pernambuco para sediar uma refinaria da Petrobras. Como contrapartida para o seu estado, ele sugeriu a construção de um pólo químico para produção de PVC – matéria-prima do plástico.

Segundo o senador, com a capacidade de tratamento de gás do município de Guamaré, que é de 4,5 milhões de metros cúbicos por dia, seria possível extrair etano suficiente para, misturado com cloro – do sal de Macau (RN) –, resultar na produção de PVC.

# Sessão do Senado presta homenagem a O Globo

O Senado se reuniu em sessão especial na semana passada para homenagear o jornal carioca *O Globo* pela passagem dos 80 anos de sua fundação. Na ocasião, o presidente Renan Calheiros destacou que tudo o que ocorreu de realmente importante para a formação do Brasil contemporâneo pode ser situado nas últimas oito décadas.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ressaltou a importância e a história do jornal para o seu estado, com a circulação de cadernos dirigidos aos bairros da cidade do Rio de Janeiro e às cidades do interior. Segundo Cabral, *O Globo* "é universal, sem deixar de ser local".

O aniversário do jornal

carioca é uma festa do Brasil, conforme afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), salientando que "o profissionalismo de *O Globo* tem sido a principal meta desse grande jornal, que é, sem dúvida, uma bússola da imprensa brasileira".

Para o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), *O Globo* jamais deixou de exercer papel importante na democracia brasileira. Com a cobertura da atual crise política, acrescentou Bezerra, o jornal tem dado exemplos sucessivos de independência e isenção.

Em nome da liderança do PSDB, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou que o periódico carioca é uma

referência da liberdade de imprensa no Brasil. Para ele, *O Globo* já é uma instituição dos brasileiros.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que uma instituição que sobrevive 80 anos defendendo a liberdade de expressão num país como o Brasil merece atenção especial da sociedade. Além de citar o jornalista Roberto Marinho, Mercadante fez questão de lembrar os repórteres que atualmente trabalham na cobertura dos trabalhos do Congresso Nacional.



José Roberto Marinho, Renan e o presidente do STJ, ministro Edson Vidigal

# Quintanilha defende debate sobre desigualdade regional

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu que o Congresso retome as discussões sobre as desigualdades regionais. No seu entendimento, em decorrência das incessantes atividades das CPIs recém-instaladas, assuntos relevantes estão sendo esquecidos.

Quintanilha destacou a importância de as comissões permanentes do Senado voltarem à sua rotina, independentemente do funcionamento das CPIs. Ele enfatizou a necessidade de se examinar matérias de interesse dos estados, principalmente aqueles das regiões mais pobres.

– O Norte e o Nordeste continuam sendo os mais prejudicados pelo afunilamento dos recursos em investimentos no Sudeste – protestou, citando a interrupção das obras na eclusa da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. A hidrovía propiciará a navegação por 700 quilômetros no território tocantinense. Ele também cobrou distribuição equitativa de recursos tributários para os estados produtores de energia, como Tocantins. Ele explicou que seu estado produz cinco vezes mais energia elétrica do que consome "e recebe poucos royalties pelo que disponibiliza".

**TURISMO** - O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) homenageou o Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, pelos 50 anos de sua criação. "Foi graças ao espírito visionário dos dirigentes da Confederação Nacional do Comércio que o setor conta hoje com um importante fórum de trabalho, pesquisa e acompanhamento."

**MEDALHA** - O senador João Capiberibe (PSB-AP) relatou ao Plenário do Senado que recebeu a Medalha Tiradentes da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A iniciativa da homenagem, que visa premiar pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao estado do Rio de Janeiro, foi do deputado estadual Geraldo Moreira (PSB).

**ROMPIMENTO** - O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) explicou o rompimento com o governador do estado, Marcelo Miranda. Segundo Eduardo, o governador, além de ter destinado vários cargos públicos a parentes, perdeu o controle das finanças do estado, ultrapassando o limite de 40% com gastos de pessoal mantido em administrações anteriores.

**PESAR** - O Plenário do Senado aprovou requerimento, assinado por vários parlamentares, de envio de condolências à família do empresário José Aprígio Vilela, falecido no último dia 7, em São Paulo. Empresário do ramo sucroalcooleiro de Alagoas, e também com atuação no segmento da pecuária, Aprígio é irmão do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

**POSSE** - Em seu discurso de posse, na última quarta-feira, o senador Gilberto Flávio Goellner (PFL-MT) disse estar ciente de sua responsabilidade de atender às expectativas de empresários e produtores rurais de Mato Grosso e de todos que sobrevivem da atividade agropecuária no estado para a resolução dos problemas do setor.

## PLENÁRIO

## Azeredo cobra direito dos portadores de deficiência

A proximidade da celebração da Semana do Excepcional, criada em 24 de agosto de 1964, levou o presidente da Subcomissão para Assuntos Sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a apelar pela concretização dos direitos sociais conquistados por esse segmento. Apesar dos avanços já obtidos, o parlamentar lembrou que alguns problemas ainda persistem, como a falta de adaptação dos transportes escolares.

Em muitos lugares, essa carência impede, segundo Azeredo, a frequência escolar regular de pessoas com acentuada deficiência de mobilidade. O senador solicitou ao Ministério da Edu-

cação que oriente os municípios de forma mais sistemática sobre o uso dos recursos do Fundef para oferecer transporte escolar a alunos carentes ou portadores de deficiência. Também pediu ao Ministério dos Transportes para agilizar a autorização de passe gratuito interestadual.

Azeredo não deixou de cumprimentar os grupos organizados que lutam pela concretização das garantias legais dos portadores de necessidades especiais, principalmente no tocante à acessibilidade.

Ele elogiou ainda a iniciativa do Senado de implantar a subcomissão, revelando a expectativa de que outras casas legislativas do país sigam o exemplo.

### Maria do Carmo elogia ação do Banco do Povo de Sergipe

O desempenho do Banco do Povo de Sergipe foi elogiado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Ela ressaltou que, em dois anos de implantação, o banco já cobre os 75 municípios do estado. O fato, assinala, constitui uma resposta de Sergipe ao compromisso político com o desenvolvimento humano.

Segundo a senadora, a instituição, uma parceria do Banco do Estado de Sergipe (Banese) com as secretarias estaduais de Combate à Pobreza e de Assistência Social, apresenta índice de inadimplência de apenas 1%.

Maria do Carmo informou que, em dois anos de atividades, o banco criou 900 empreendimentos, que geraram 8,3 mil postos de trabalho. Além disso, frisou, foram atendidos mais de 17,4 mil clientes, "número que o estado espera dobrar até o final de 2006".

– Isso graças à capilaridade operacional do Banese – observou. Para Maria do Carmo, o fortalecimento desse tipo de instituição bancária popular é ainda mais relevante pelo fato de o microcrédito no Brasil ter baixa participação nas contas das instituições financeiras.

### Ana Júlia registra seis meses da morte de irmã Dorothy

Ana Júlia Carepa (PT-PA) advertiu que, passados seis meses do assassinato da irmã norte-americana Dorothy Stang, os assassinos ainda não foram julgados e podem ficar em liberdade, aguardando julgamento. Segundo a senadora, isso depende da ação dos advogados de defesa de Raifar e Clodoaldo, os acusados, e da presteza da Justiça.

– Os assassinos ameaçaram recorrer até ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, se for preciso, para evitar o julgamento – afirmou a senadora, manifestando seu temor que o crime seja incluído no rol daqueles que ficaram impunes nos conflitos fundiários no Pará.

Nos Estados Unidos, informou, os assassinos confessos já foram indiciados e podem ser sentenciados até a pena de morte, caso sejam para lá extraditados.



Ana Júlia adverte que assassinos podem aguardar julgamento em liberdade

# Garibaldi quer decisão clara sobre refinaria

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reclamou, em discurso no Plenário, da falta de transparência no processo de escolha da sede da nova refinaria da Petrobras. O parlamentar ressaltou que há quatro estados do Nordeste – Pernambuco, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte – pleiteando a planta.

Garibaldi antecipou que a nova refinaria de petróleo, fruto de parceria da Petrobras com a venezuelana PDVSA, deverá se localizar no estado de Pernambuco. A escolha de Recife para sediar a refinaria, já definida segundo Garibaldi, não teria sido negada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que em reunião na quinta-feira com a presença de todos os parlamentares federais do Rio Grande do Norte, do governador do estado e de empresários, apenas prometeu “ponderar” junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e

ao presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, por uma decisão que seja justa.

– Se o governo federal estivesse sendo mais transparente, essa decisão poderia estar sendo mais bem absorvida. Uma decisão que, inclusive, deve levar em conta aspectos técnicos.

Não se faz uma refinaria sem que princípios de logística, de produção e relacionados à qualidade da produção de petróleo não sejam atendidos – protestou Garibaldi.

Na avaliação do senador, o Rio Grande do Norte seria o estado com melhores condições de sediar a refinaria, por produzir



Para Garibaldi, falta transparência na escolha da sede de nova refinaria da Petrobras

110 mil barris diários de petróleo, ser o terceiro maior produtor de gás do Brasil e contar ainda com um porto específico para o transporte do produto. Ele criticou a possibilidade de a escolha ter sido influenciada pela Venezuela, que detém 50% da responsabilidade do investimento.

## Tourinho defende Lei do Gás

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) divulgou em Plenário que projeto de sua autoria criando a Lei do Gás (PLS 226/05) está recebendo apoio de praticamente todos os lados, o que abre a possibilidade de sua votação ainda neste semestre. O projeto regulamenta a área de gás natural, hoje uma parte da Lei do Petróleo.

Conforme o senador, os estados concordam com o projeto. Ele lembrou que a Constituição dá à Petrobras o monopólio da extração e da industrialização do gás, mas a distribuição tem

de ficar nas mãos dos estados. Tourinho comentou que associações de empresas relacionadas com o setor também já manifestaram apoio à proposta. No documento “Agenda mínima para a governabilidade”, entregue ao governo e ao Congresso, as entidades de empresários pedem a votação da Lei do Gás.

Tourinho acrescentou que o governo não apresentou

projeto sobre o assunto, mas apontou aspectos que considera importantes nessa legislação.

O primeiro é a preocupação em proteger o gás para movimentar termelétricas, pois os problemas de energia que podem ocorrer a partir de 2010 só serão resolvidos por esse tipo de matriz energética. “Não há mais tempo para construção de grandes hidrelétricas para produção em 2010”, avaliou.

**Gás natural pode ser alternativa para sanar problemas de energia**

## Simon estranha decisão do STF sobre Meirelles

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de indeferir pedido de quebra de sigilo bancário do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, causou estranheza ao senador Pedro Simon (PMDB-RS). A solicitação, encaminhada há mais de dois meses pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, teria base em suposta remessa ilegal de dinheiro para o

exterior. A decisão vai à Procuradoria Geral da República.

O indeferimento no STF teve como autor o ministro Marco Aurélio Mello, que argumentou não haver dados suficientes para a quebra do sigilo bancário do dirigente da autoridade monetária. Além disso, lembrou Simon, o presidente do Banco Central foi alçado à condição de ministro, o que possibilita so-

mente ao Supremo determinar o cumprimento do pedido.

Simon recordou que as denúncias contra Meirelles, incluindo a de formação de quadrilha, são motivos suficientes para a abertura de seu sigilo bancário.

– Como é que esse cidadão pode estar à frente do Banco Central, a maior instituição do Brasil? – indagou.

**RIO DE JANEIRO** - O anúncio feito pelo Ministério do Planejamento de retirada de prioridade para a construção do arco rodoviário ligando as rodovias fluminenses ao Porto de Sepetiba foi questionado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

– Essa decisão é inaceitável. Há uma dívida antiga do governo federal em relação ao nosso estado desde a mudança da capital e a fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro – lamentou.

**AVIAÇÃO** - A aprovação pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) de projeto (PLS 62/04) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi saudada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). A autarquia irá substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) no controle do setor, respondendo pela outorga e renovação de concessões às empresas e pelo controle de tarifas.

**GASODUTO** - Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a necessidade de construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que visa levar gás natural de Urucu, no Amazonas, para a capital rondoniense. As obras não foram iniciadas porque ainda não se obteve licença ambiental para executá-las. Raupp também cobrou a restauração da BR-364, definida pelo senador como a “espinha dorsal” da economia de Rondônia.

**BR-101** - A duplicação do trecho sul da BR-101 não será suspensa pelo governo federal, como vinha sendo anunciado. A afirmação é de Marcelo Crivella (PL-RJ). Após visita ao Ministério dos Transportes, o senador disse que a obra, cujo custo será de R\$ 124 milhões, já teria mais de R\$ 80 milhões previstos no Orçamento. A BR-101 será duplicada no trecho sul, desde Santa Cruz até o trevo de Mangaratiba.

**UNIVERSIDADE** - Em discurso pela liderança do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) fez apelo ao governo federal e ao MEC para a federalização da Universidade Regional de Blumenau (Furb). – Ao se tornar uma universidade federal, a Furb permitirá aos estudantes sonhar com uma carreira digna, obter seu diploma superior e melhorar sua vida e de seus familiares – completou o parlamentar.

## PLENÁRIO

# Suassuna alerta para prejuízo na safra 2005

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ao Poder Executivo pela dispensa da consulta pública para a edição do decreto de biossegurança e o início dos trabalhos da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Ele teme que a exigência possa prejudicar os produtores rurais, já obrigados a enfrentar efeitos climáticos adversos sobre o calendário de plantio e safra.

De acordo com o senador, a demora na tramitação da Lei de Biossegurança, que regula pesquisas com células-tronco e organismos geneticamente modificados, quase inviabilizou o plantio de sementes transgênicas na safra de 2004. Se o governo federal seguir um “calendário otimista” elaborado por Suassuna, o prazo de consulta pública sobre o decreto de biossegurança

se estenderia até o início de setembro.

– Esse é um cronograma bastante otimista, porque temos que considerar a natureza morosa do processo decisório inerente à coisa pública, a lentidão dos procedimentos, típica da feita de instrumentos normativos – ponderou.

Para afastar qualquer risco de prejuízos à safra de 2005, Suassuna pediu a colaboração das lideranças para que, a exemplo do que ocorreu durante a tramitação da Lei de Biossegu-



Ney Suassuna sugere adiar a consulta pública para a edição do decreto da biossegurança

rança, busque-se entendimento com o governo para cancelar a consulta pública prévia.

## Fátima Cleide lembra Corumbiara

Ao registrar na última quarta-feira os dez anos do massacre de Corumbiara, em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez um apelo para que o processo seja revisto e os culpados punidos. A senadora lembrou que o massacre vitimou nove trabalhadores, inclusive uma criança, em conflito fundiário na Fazenda Santa Elina, onde foi montada uma operação com 180 policiais para fazer a reintegração de posse.

Fátima Cleide recordou que todos os oficiais levados a julgamento foram absolvidos e apenas dois trabalhadores rurais e três policiais foram condenados, acrescentando que há dúvidas sobre a condenação dos policiais Airton



Fátima Cleide recorda que todos os oficiais envolvidos no massacre foram absolvidos

Ramos Moraes e Daniel da Silva Furtado. Ela esclareceu que o inquérito atesta que não foram encontrados projéteis disparados pelas armas desses

policiais no corpo de nenhuma das vítimas.

### Senadora diz que se orgulha de ser petista

Fátima Cleide abordou ainda, em seu discurso, a crise política deflagrada pelas denúncias do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), ao dizer que se orgulha de ser petista mesmo depois de ouvir “tantas injúrias” sobre o partido, “muitas vezes, divulgadas por uma imprensa voltada para atender interesses das elites”.

A senadora ressaltou que 99% dos filiados do PT não têm culpa dos erros de alguns dirigentes que estão sendo investigados pelas CPIs em funcionamento no Congresso.

## Para Crivella, a política econômica é desastrosa

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) criticou duramente a política econômica adotada pelo governo federal. Ele fez um alerta aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para que atenham aos efeitos causados pela política econômica “desastrosa e indefensável, que tem gerado os maiores níveis de desemprego da história” do país.

Ao apontar as desigualdades observadas no Brasil, Crivella ressaltou que 7 mil brasileiros

detêm hoje nos bancos R\$ 800 bilhões. O senador citou ainda dados da Receita Federal, segundo os quais 10.522 brasileiros possuem US\$ 82 bilhões em bancos no exterior, e criticou decisão do Banco Central que, em portaria editada na última terça-feira, liberou a remessa de recursos para o exterior.

Crivella lembrou que enquanto milhões de brasileiros estão excluídos do mercado e outros tantos são obrigados a sair do país, tentando transpor ilegal-

mente as fronteiras de países ricos, em busca de trabalho com salários dignos, este ano o Brasil deverá pagar R\$ 150 bilhões de juros da dívida aos países desenvolvidos.

Ao se referir à morte trágica do brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres, o senador informou que, de acordo com testemunhas, Jean já estava dominado e lançado ao chão quando os policiais o alvejaram sete vezes na cabeça e uma no ombro.

**TERRAS INDÍGENAS** – “Um exemplo histórico e acintoso de desrespeito aos direitos humanos”, foi como o senador Augusto Botelho (PDT-RR) classificou a demarcação das terras indígenas da reserva Raposa Serra do Sol feita pelo governo brasileiro em Roraima. O senador disse que o princípio da tripartição de poderes, garantia do cidadão contra arbitrariedades do Poder Executivo, também foi outro direito fundamental “fulminado de morte pela irresponsabilidade do governo”.

**AGRICULTURA** – Maguito Vilela (PMDB-GO) solicitou que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, interceda junto à equipe econômica a fim de que o pagamento das parcelas dos empréstimos a agricultores relativos ao custeio da safra de 2004-2005 seja adiado para o próximo ano. O senador informou, em discurso na última quarta-feira, que o ministro deverá retomar nesta semana as negociações com a área econômica visando à ampliação da ajuda aos produtores rurais.

## Governador impediu teste nuclear no Pará

Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que o ex-governador do Pará, Hélio Gueiros, impediu que fossem realizados testes atômicos na base da Força Aérea Brasileira (FAB) localizada na Serra do Cachimbo (PA). A informação foi dada pelo senador em pronunciamento na semana passada sobre a entrevista exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo, na qual o ex-presidente da República, senador José Sarney (PMDB-AP), afirmou que os militares queriam construir e testar uma arma atômica na região.

Segundo Luiz Otávio, o então governador Hélio Gueiros contou com o apoio de deputados da Assembleia Legislativa paraense, além de empresários e outras personalidades do estado, para que o teste atômico

não fosse realizado.

– O governador rechaçou essa idéia da realização de testes atômicos na Serra do Cachimbo. O buraco destinado a testes nucleares e armazenamento de lixo atômico lá construído foi, inclusive, lacrado. Faço essa referência porque conheço bem a Serra do Cachimbo, conheci a base de testes militares a convite da Aeronáutica – lembrou Luiz Otávio.

O parlamentar assinalou ainda que, de acordo com informações do governo do Pará, os americanos teriam oferecido ao Brasil US\$ 1 milhão por dia para utilizar a base da FAB na Serra do Cachimbo para a realização de testes militares secretos, em razão da grande dificuldade do governo americano em ter um local adequado.

## Antonio Carlos critica política externa do governo Lula

A política externa do governo Lula foi criticada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), segundo o qual o objetivo de conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) foi frustrado. Para o parlamentar, trata-se da “pior política que existe”. Ele também disse que o presidente humilha os militares com o reajuste de 13% que vai lhes conceder.

– Gastaram-se fortunas, enquanto o povo passava fome, para oferecer empréstimos por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou para perdoar dívidas de países africanos e latino-americanos. Fez-se uma viagem à China, cantada em prosa e verso. E tudo isso para o país se tornar um membro efetivo do Conselho de Segurança da ONU. Mas hoje já está estabelecido que o Brasil não fará parte desse conselho.

## Senador vai pedir informações sobre auditorias nos fundos de pensão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) encaminhará requerimento de informações à Controladoria Geral da União para saber quais fundos de pensão públicos já foram submetidos a auditoria e os resultados obtidos nesse processo. A intenção foi revelada após críticas que teriam sido feitas pelo secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Adacir Reis, à derrubada no Senado da Medida Provisória 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em entrevista à imprensa, Adacir Reis teria culpado a oposição no Senado, segundo Heráclito, pela não aprovação da medida, avaliada por ele como a “redenção” da fiscalização de sua secre-

## Flexa Ribeiro cobra perdas de estados exportadores

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou da União o ressarcimento pelas perdas de arrecadação tributária do Pará decorrentes da desoneração do ICMS das exportações. Segundo ele, as perdas acumuladas nos últimos 30 meses somam mais de R\$ 1 bilhão. O senador lamentou que, além de amargar esse prejuízo financeiro, o estado não recebeu as obras de infra-estrutura prometidas pelo presidente Lula na época da campanha eleitoral.

– Constatamos com tristeza que obras vitais para o meu estado, como as eclusas do rio Tocantins, o asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, não saíram do papel neste governo – lamentou o senador paraense.



Heráclito Fortes cobra relatórios de apurações nos fundos de pensão

taria nos fundos de pensão.

O pefelista sustentou que não foram os senadores opositores que inviabilizaram a aprovação, mas a falta de quórum em Plenário.

## Voz do Leitor

## SAÚDE

“Senador Marco Maciel, solicito sua interferência na saúde pública de Rio Formoso (PE), já que a Secretaria de Saúde não consegue atender à população. A cidade está cheia de insetos, os hospitais não funcionam, a rede de esgoto não é cuidada e muitos carros da prefeitura e da secretaria estão quebrados. A cidade está uma verdadeira calamidade.”

**Maria de Fátima Souza Silva Melo, de Rio Formoso (PE)**

## RENDA

“No Brasil, não se pune praticamente ninguém. Porém, na hora de dar aumento para o magistrado, todos se reúnem, propõem e aprovam. Os aumentos das verbas para os gabinetes parlamentares também são aprovados. O Brasil é o país que tem a pior distribuição de renda do mundo, e isso é dito pelos próprios políticos, que poderiam resolver o problema de uma maneira simples: corrigindo a tabela do Imposto de Renda para impor maior contribuição às pessoas com rendas altas, como os magistrados.”

**Carlos Geraldo Berthaud, de Ribeirão Bonito (SP)**

## VOTO FACULTATIVO

“Sugiro aos senhores senadores que se discuta o voto facultativo. Já que vivemos em uma democracia, o voto não deveria ser obrigatório.”

**Miguel Rodrigues de Lima, de São Paulo (SP)**

## CORRUPÇÃO

“Se o governo Lula quer ser implacável contra a

corrupção, não pode ser complacente com corruptos, mesmo que sejam do PT. Caso as denúncias sejam comprovadas, os envolvidos com o “mensalão” deverão ir para a cadeia. Isso é o que espera grande parcela do povo empobrecido, que quer ainda: reforma agrária, política agrícola sustentável, mais empregos, melhores salários, redução dos impostos e dos juros, inflação baixa, suspensão do pagamento da dívida externa e nenhum acordo com a Alca e com o FMI.”

**Expedito Amaro do Nascimento, de Barbalha (CE)**

## FUNDEB

“O governo – ao propor emenda constitucional para substituir o Fundef (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), cuja vigência termina no ano que vem, pelo Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) – espera fornecer mais recursos para que os alunos se mantenham na escola. Mas o importante seria criar mais escolas, e não colocar mais alunos por sala de aula. Por isso, solicito a intervenção dos senadores junto ao MEC para que esse problema seja resolvido.”

**Norma Iracema Storino Machado, de Osasco (SP)**

## RECUPERAÇÃO

“Em Muriaé não há lugar adequado para recuperar menores infratores, o que resulta na liberdade desses jovens e aumento de criminalidade. Solicito aos senhores senadores de Minas Gerais alguma providência.”

**Luis Carlos Mazan, de Muriaé (MG)**

## Pergunte ao Senador

## DESMATAMENTO

**Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)**

“Senador Paulo Octávio, o que o senhor acha do desmatamento das florestas? O que poderia ser feito para evitar isso?”

**O senador Paulo Octávio (PFL-DF) responde:**

Prezado Luiz, a devastação da Amazônia – que a cada dia atinge níveis mais alarmantes, a ponto de especialistas preverem que haverá desmatamento total em 20 anos – preocupa os políticos e o povo brasileiro. O Ibama aplica multas divulgadas como milionárias, mas não sabemos se elas são pagas ou se os devedores só são inscritos na dívida ativa da União, sem maiores conseqüências, pois não são presos nem suas licenças cassadas. É preciso contratar mais fiscais, e eles devem ser bem remunerados. São necessários mais investimentos, mais helicópteros, mais barcos e entrosamento diário com os institutos que monitoram as queimadas. E a legislação deve ser mais severa, com pena de prisão e até confisco das propriedades que fizerem queimadas ilegais. A Amazônia é um bem da Humanidade, administrado pelo Brasil. A partir da Amazônia, da indústria extrativista auto-sustentável e da exploração de sua biodiversidade, o país pode ajudar o mundo a recompor sua malha florestal.



## SEGURO DE VIDA

**José Andrade dos Santos, de Lagarto (SE)**

“Senador Arthur Virgílio, quero saber por que pessoas com mais de 70 anos não têm acesso às empresas de seguro de vida?”

**O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:**

Prezado José, o senhor tem toda razão. Embora seguro de vida seja atividade comercial, que visa ao lucro, ela não pode deixar de lado os aspectos humanos, como o de permitir que cidadãos com mais de 70 anos também tenham acesso ao seguro. Recebo sua observação como sugestão e estímulo para examinar alguma medida no campo legal.



## APOSENTADORIA ESPECIAL

**Generino Gabriel de Moraes, de Tapera (RS)**

“Senador Paulo Paim, um operador de máquina de escavação, exposto a poluição sonora, tem direito a aposentadoria especial? Existe uma idade mínima para o benefício?”

**O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:**

Caro Generino, trabalho em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física tem, sim, direito a aposentadoria especial. Mas é necessária a comprovação do Perfil Profissiográfico Previdenciário, em que a empresa, com base em laudo técnico de médico do trabalho ou de engenheiro de segurança do trabalho, atesta essas condições especiais. Não existe idade mínima para se aposentar, mas tempo de efetiva exposição aos agentes físicos ou biológicos prejudiciais. Esse período pode variar entre 15, 20 ou 25 anos.



## Frases

“Desça do palanque, presidente. A eleição está longe. Caia na real ou o seu mandato pode ficar comprometido”

**Efraim Morais**, criticando a atitude do presidente Lula diante da crise política.

“É muito difícil tomar conhecimento de toda essa história pela imprensa e pelos depoimentos às CPIs. Quero deixar bem claro que nunca foi discutido comigo o que hoje é revelado”

**Aloizio Mercadante**, durante o depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios.

“Está claro, no quarto mandamento bíblico: não roubarás. Foi isso o que faltou neste país cristão”

**Mão Santa**, para quem a crise foi desencadeada pela falta de obediência às leis, divinas ou constitucionais.

“Não quero ficar de santinho, hipócrita ou cínico. Ou recebia assim ou não recebia. Eu tinha contas a pagar. Ou recebia assim ou tomava o cano”

**Duda Mendonça**, explicando à CPI dos Correios por que abriu conta nas Bahamas para receber pagamento por campanha eleitoral do PT.

“Depois desse discurso, o Brasil não vai mais olhar para o presidente Lula como o farol que daria um rumo ao país”

**Cristovam Buarque**, ao comentar, na sexta-feira, o esperado discurso do presidente da República, que falou ao país em rede nacional após as confissões do publicitário Duda Mendonça à CPI.

“É fácil falar em ‘valerioduto’. Mas ninguém coloca o nome de Dirceuduto, PTduto, ninguém coloca o nome dos beneficiários”

**Marcos Valério**, após desmentir acusação de Duda Mendonça, de que teria orientado o publicitário a abrir conta no exterior para receber pagamento de campanhas feitas para o PT.

“O presidente Lula perdeu o pênalti do jogo decisivo da copa do mundo política de sua vida. (...) A torcida esperava o gol da verdade”

**Arthur Virgílio**, em comentário ao pronunciamento feito pelo presidente da República em rede nacional de rádio e televisão.

## Foto da Semana

O deputado Maurício Rands, a senadora Ideli Salvatti, a deputada Denise Frossard e a senadora Heloísa Helena não escondem o desalento diante das revelações do marqueteiro da campanha de Lula à Presidência, Duda Mendonça, à CPI dos Correios. Ele admitiu ter recebido do caixa dois do PT, em conta nas Bahamas, parte dos pagamentos pelo trabalho realizado para o partido em 2002



CÉLIO AZEVEDO

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

# Baden Powell exhibe sua arte

A programação musical da Rádio Senado desta semana tem destaques para agradar a todos os gostos: Max de Castro, Baden Powell, Carlinhos Antunes e a dupla composta pelo flautista Jean Pierre Rampal e a harpista Lily Laskine.

Na quinta, às 23h, o *Escala Brasileira* convida Max de Castro, da nova geração da MPB. A música faz parte da família de Max, filho do cantor Wilson Simonal e irmão do músico Simoninha. No programa, Max de Castro fala sobre a família, as influências musicais e o seu trabalho, com destaque para o álbum *Samba Raro*, em que combina eletrônica, soul, samba e bossa-nova.

O violonista Baden Powell é a atração do *Música do Brasil*, no sábado, às 16h. Parceiro de Vinícius de Moraes e de Paulo César Pinheiro, Powell é o artista

brasileiro de maior prestígio na Europa, tendo gravado álbuns em diversos países. Entre as canções apresentadas, *Lamentos*, *Samba do Avião*, *Vou Deitar e Rolar*, *Cai Dentro*, entre outras.

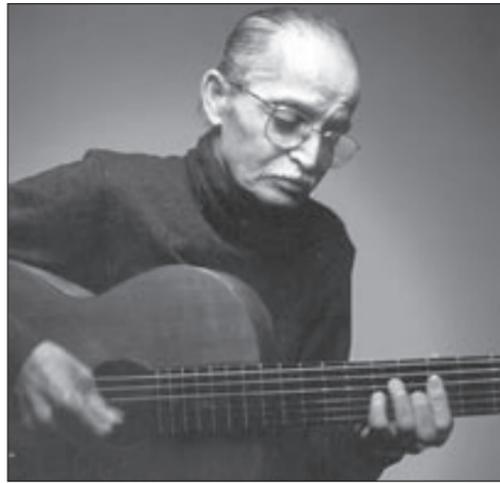
## Canções japonesas e um "nômade musical"

Ainda no sábado, às 9h, o *Música Erudita e seus Mestres* apresenta composições japonesas para flauta e harpa, gravadas em 1969 pelo flautista Jean Pierre Rampal e pela harpista Lily Laskine. As canções revelam a qualidade dos intérpretes e a beleza da música japonesa: *Kôjô no Tsuki* (*A Lua Banhando o Velho Castelo em Ruínas*), *Sakura Sakura* (*Canção da Primavera*), *Hana* (Flores), entre outras.

Já o *Brasil Regional*, no domingo, às 8h, apresenta o violonista, compositor e arranjador Carli-

nhos Antunes, que se define como "nômade musical". Ele já morou em países como Marrocos, Peru, Nicarágua, Holanda, Cuba, França, Inglaterra, Grécia, Itália, Espanha, Turquia e Croácia. Essa experiência está refletida na sua música, que combina o toque erudito com influências andinas, africanas e pitadas de frevo.

Antunes já tocou com nomes como Fátima Guedes, Jair Rodrigues e Oswaldinho do Acordeon, além de inúmeros outros músicos na-



Baden Powell, o mais ilustre e laureado violonista brasileiro, é atração no sábado

turais dos países onde já morou ou passou temporadas.

Para mais informações sobre a programação, acesse [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

## RESENHA

## Princípios republicanos no Império brasileiro

ALEXANDRE GUIMARÃES

Em 12 de março de 1868, o jovem Rui Barbosa, com apenas 18 anos, desembarcava no Porto de Santos, com várias caixas de livros em sua bagagem. No mesmo vapor *Santa Maria* vinha Castro Alves, seu amigo. Iniciariam poucos dias depois o 3º ano do curso jurídico na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Rui Barbosa junta-se ao Ateneu Paulistano, grêmio presidido pelo jovem estudante pernambucano Joaquim Nabuco.

O ano era fecundo de discussões políticas. Abolição, federalismo, centralização e, principalmente, república eram os temas primordiais. No mês de julho, a queda do gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, após seis anos de poder dos liberais, viria a ser o começo da derrocada do Império brasileiro. O então Marquês de Caxias ameaçava deixar o *front* da Guerra do Paraguai, o que desestabilizaria todo o governo.

O livro *O Ocaso do Império*, do jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo, o imortal Francisco José de Oliveira Viana, volume 26 das Edições do Senado Federal, trata de todas as conseqüências da queda do governo de Zacarias.

Surge da reascensão dos conservadores a divisão no Partido Liberal em moderados e radi-

cais. O Partido Radical lançava, em 3 de dezembro de 1870, o Manifesto Republicano, no jornal *A República*, redigido por Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça. Nascia o Partido Republicano.

Oliveira Viana estudou, durante sua vida, vários assuntos – a formação da nação brasileira, psicologia social, integração racial, história, constitucionalismo e trabalhismo. A grandeza de seus trabalhos possibilitou sua eleição para a cadeira n.º 8 da Academia Brasileira de Letras, e seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em *O Ocaso do Império*, pode-se aprender e apreender os fatos históricos que levariam à Proclamação da República, numa das mais acuradas análises da história do período.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *O Ocaso do Império* é publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Informações pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## Conheça o Senado



A Polícia do Senado é responsável pela segurança dos parlamentares e controle da entrada de manifestantes na Casa

## SENADO

## Direitos autorais e o acesso à informação

A Biblioteca do Senado, a Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília promoveram na quinta-feira debate sobre direitos autorais, propriedade intelectual e direito de acesso à informação e à cultura.

Marybeth Peters, bibliotecária do Congresso dos EUA e diretora do Escritório de Registro de Copyrights americano, discorreu sobre a legislação referente a direitos autorais em seu país. O segundo palestrante, Guilherme Carboni, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da área de Direitos Autorais e Tecnologia



Debate reúne Carboni, da USP; João Bosco (foto), consultor do Senado; e Marybeth Peters, bibliotecária do Congresso dos EUA

da Informação do Instituto de Direito do Comércio Internacional, analisou o conflito entre o direito de autor e o direito de acesso ao

conhecimento. Ele citou a proibição no Brasil de cópia reprográfica de pequenos trechos de livros para uso didático em universidades.

## Nas estradas, campanha contra exploração sexual

Começa nesta segunda-feira a divulgação da Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a distribuição, nas estradas do país, de panfletos que alertam a população para a prática do crime. A campanha vai divulgar o número do Disque Denúncia (0800 99 0500) – um serviço gratuito para o cidadão informar sobre ocorrência desse tipo de delito.

Com o slogan “Proteja como se fosse sua filha”, a campanha incentiva caminhoneiros a denunciar situações de violência e de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Mensagem do cantor Sérgio Reis será veiculada pelas emissoras de rádio.

A campanha resulta de parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça, por meio da Polícia Rodoviária Federal, com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Petrobras e a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, coordenada, no Senado, pela senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE).

## Software livre na administração municipal

A presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), participou, na semana passada, do 1º Encontro Federal de Software Livre para Municípios. Também presente ao evento, o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sergio Amadeu, citou o caso da cidade de Birigüi (SP), onde 200 fabricantes de calçados infantis criaram, juntos, um instituto de *software* livre para todas as empresas do setor. Segundo Amadeu, a iniciativa poderá ser ainda melhor para a administração dos municípios.

O Brasil é o sétimo maior consumidor mundial de *software*, afirma Serys, com gastos de cerca de US\$ 10,4 bilhões por ano, sendo de 30% a 50% feitos pelo setor público. Serys destacou a implantação, pelo governo, do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, em parceria com empresas estatais como o Serpro, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

## Parlamento tem polícia de alto nível

Com a realização simultânea de três comissões parlamentares de inquérito (CPIs), a Polícia do Senado reforçou o trabalho regular de seus 151 policiais, que atuam nos 200 mil metros quadrados das dependências da Casa, por onde transitam cerca de 6 mil pessoas por dia.

– Este é um momento em que manifestantes e grevistas querem aproveitar o assédio da imprensa para apresentarem suas reivindicações. Por isso, temos um trabalho redobrado para manter a ordem – explica o diretor da Secretaria de Segurança Legislativa, Pedro Ricardo Carvalho.

Prevista em todas as constituições – do Império à Carta Magna de 1988 –, a atuação da Polícia do Senado foi regulamentada pela Resolução 59, em 2002.

Compete à polícia legislativa atribuições policiais administrativas e judiciárias nas dependências do Senado.

– Atuamos com policiamento extensivo, como a Polícia Militar; na investigação, como a Polícia Civil; e temos jurisdição em todo o território nacional, como a Polícia Federal – ressalta Carvalho.

Além de serem responsáveis pela segurança do presidente do Senado no país e no exterior,

dos senadores, das autoridades brasileiras e estrangeiras nas dependências da Casa, os policiais acompanham, quando solicitados, as comissões externas e temporárias em outros estados.

Entre as atividades rotineiras dos policiais estão o controle da entrada de manifestantes na Casa – que não pode ultrapassar um quantitativo estipulado – e a inibição de ações que visem à depredação do patrimônio.

Aprovados em concurso público – 70% possuem nível superior –, os policiais são treinados na própria academia da Polícia do Senado.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes

Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Proteção ao menor completa 15 anos

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que dispõe sobre a proteção integral à juventude, acaba de completar 15 anos. Para comemorar a data, o *Especial Cidadania* traz informações sobre os conselhos tutelares e os

conselhos de direitos da criança (até 12 anos) e do adolescente (13 a 18 anos). Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), cerca de 77% deles possuem conselhos de direitos e de 68% têm conselhos tutelares

instalados.

Nesta edição, você vai saber como atuam essas entidades, conhecer as pesquisas sobre a violação dos direitos da infância e da juventude, e os telefones dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

## Conselho tutelar garante direitos

As atribuições do conselho tutelar estão descritas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e incluem atender meninos e meninas que têm seus direitos ameaçados ou violados pelo Estado, sociedade ou família. Também de acordo com o estatuto (art. 131), o conselho é um órgão autônomo, de natureza administrativa e não judiciária, e, uma vez criado por lei municipal, torna-se permanente.

Como órgão público, o conselho tem natureza administrativa e executiva, vinculado às prefeituras. Sua autonomia é funcional,

ou seja, quando aplica medidas na área de sua competência, não está sujeito a interferência externa. Embora autônomo, não há impedimento de o conselho ser subordinado administrativamente a outro órgão e depender de verbas externas.

### Órgão assessoria prefeituras

O conselho tutelar atua caso a caso, somente no âmbito do município. Recebe denúncias de violação de direitos (como violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono), e apura e encaminha aos órgãos compe-

tentes para prestação do devido atendimento. É responsável pela atenção direta e pela solicitação de serviços à comunidade, além de fiscalizar as entidades nas políticas de atenção à criança e ao adolescente. Tem função privilegiada na assessoria aos poderes Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento para os conselhos municipais e para as ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

## Entidade orienta políticas públicas

O objetivo dos conselhos de direitos da criança e do adolescente é o de orientar políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil, acompanhar a atuação de órgãos públicos e participar da elaboração do orçamento do governo federal, para garantir recursos às entidades do setor.

Também criados em atendimento à determinação do estatuto, os conselhos de direito fazem parte do Poder Executivo, com metade dos membros indicados pelo poder público e a outra metade eleita diretamente pela sociedade civil. Esses órgãos existem nas instâncias municipal, estadual e federal.

O Conselho Nacional (Conanda) é um órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. Ele é responsável pela

formulação de políticas públicas e pela decisão sobre a aplicação de recursos destinados ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os conselhos estaduais garantem a promoção e a defesa dos direitos da população infanto-juvenil estadual. Cabe a seus integrantes acompanhar e avaliar programas socioeducativos e de proteção integral.

Já os conselhos municipais são responsáveis pela formulação, deliberação e controle das políticas públicas voltadas à população infanto-juvenil de cada município. Esses órgãos também respondem pela gestão e distribuição do Fundo para a Infância e Adolescência nos três níveis de governo (União, estados e municípios). São recursos (doações orçamentárias e doações) destinados à implementação de

diversos programas de atendimento e ações de defesa.

### Justiça da Infância e da Juventude

As varas da infância e da juventude foram previstas no art. 145 do estatuto. Elas foram renomeadas, passando a trabalhar com o conceito de proteção integral. As novas varas da infância e juventude são compostas por juízes especializados em assuntos como adoção, disciplina de diversões públicas, reconhecimento de paternidade, responsabilização dos jovens infratores e da família e do Estado omissos. Junto com uma equipe técnica, esses juízes realizam estudos, acompanham o cumprimento de leis, promovem o entrosamento do juizado com os conselhos tutelares e acompanham a execução de medidas socioeducativas.



Cartaz de campanha sobre conselho tutelar iniciado em 2003: garantia de direitos a crianças e jovens vítimas de maus-tratos

## Maus-tratos começam dentro de casa, provocados pelos pais

É dentro de casa que crianças e adolescentes têm seus direitos violados com maior frequência. Mães lideram o *ranking* das denúncias feitas aos conselhos tutelares, seguidas pelos pais. A revelação vem da análise de ocorrências no período de 1º de janeiro de 1999 a 11 de abril de 2005, registradas no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia) - banco de dados em âmbito nacional sobre casos de desrespeito aos direitos garantidos pelo estatuto.

As mulheres são mais denunciadas por situações ligadas à

saúde da criança, principalmente por omissões, como não levar o filho vítima de violência ou de acidente ao serviço de saúde ou não fazer pré-natal. Como a sociedade cobra mais das mulheres os cuidados com os filhos - e cada vez mais há domicílios comandados por mulheres -, as mães acabam sendo mais responsabilizadas, enquanto os pais são mais denunciados por problemas no convívio familiar (como alcoolismo e violência) ou ausência de condições para esse convívio (como não pagamento de pensão alimentícia).

### Os dez maiores violadores de direitos infanto-juvenis

	Violador	Número de denúncias
1º	Mãe	95.102 (26,2%)
2º	Pai	87.001 (23,9%)
3º	Criança ou adolescente violou seu próprio direito*	58.497 (16,1%)
4º	Responsável	17.420 (4,8%)
5º	Outro (agente impossível de ser identificado)	13.640 (3,7%)
6º	Escola	12.736 (3,7%)
7º	Creche	11.264 (3,1%)
8º	Principal agente não identificado**	10.724 (2,9%)
9º	Padrasto	8.292 (2,2%)
10º	Pessoa física***	7.210 (1,9%)

\* População infanto-juvenil autora de infrações - mesmo que incitadas por adultos - e aqueles que se comportam de maneira a negar seus próprios direitos.

\*\* Violação cometida por mais de uma pessoa conhecida, mas em que não foi possível identificar qual delas é o principal responsável.

\*\*\* Por exemplo, pessoa que explora trabalho infantil doméstico.

### Direito violado

	Direito violado	Denúncias
1º	Convivência familiar e comunitária	184.029 (51,0%)
2º	Liberdade, respeito e dignidade	86.955 (24,1%)
3º	Educação, cultura, esporte e lazer	61.090 (16,9%)
4º	Vida e saúde	18.629 (5,16%)
5º	Profissionalização e proteção do trabalho	9.815 (2,7%)
	<b>Total</b>	<b>360.518 (100%)</b>

## Projetos em tramitação

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto de lei (PLS 163/03) que torna obrigatória a comunicação, ao conselho tutelar local, de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes. O texto da proposta define como maus-tratos as sevícias físicas, a crueldade mental, a negligência e a privação de alimentos e está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com voto da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), pela aprovação

do projeto com emendas. Outro projeto em defesa da criança e do adolescente (PLS 27/04), apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), visa alterar o estatuto para criar o Cadastro Nacional de Adoções, com as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e dos interessados na adoção. A proposição está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e o relator é o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

### Informações

#### Ministério da Justiça

Denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes: 0800-99 0500, das 8 às 18h, de segunda a sexta-feira. O anonimato, se desejado, é garantido.

#### Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia)

[www2.mj.gov.br/sipia/](http://www2.mj.gov.br/sipia/)

#### Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Tel.: (61) 3225-2327/3429-3524  
[www.presidencia.gov.br/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/sedh/)

#### Conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente

AC: (68) 224-9630  
AP: (96) 212-9145/9149  
AM: (92) 642-4449  
PA: (91) 241-5756  
RO: (69) 216-5376  
RR: (95) 623-9449/9445  
TO: (63) 218-1935  
AL: (82) 315-1739  
BA: (71) 3115-1530  
CE: (85) 3101-1564  
MA: (98) 3221-2309  
PB: (83) 218-7817  
PE: (81) 3222-1106

PI: (86) 222-4403  
RN: (84) 232-8002/8001/8004  
SE: (79) 3179-7685  
DF: (61) 3347-0076/0078/0083  
GO: (62) 202-8546  
MT: (65) 644-4031  
MS: (67) 324-3579  
ES: (27) 3222-3103  
MG: (31) 3225-1366/3854  
RJ: (21) 2299-3561/3564  
SP: (11) 222-4441  
RS: (51) 3288-6625/6668  
PR: (41) 309-2650  
SC: (48) 224-3325

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) (21) 2589-5656/3860-0665  
[www.abrapia.org.br](http://www.abrapia.org.br)

Biblioteca Virtual dos Direitos da Criança  
[www.bibliotecadacrianca.org.br](http://www.bibliotecadacrianca.org.br)

Sociedade Brasileira de Pediatria (21) 2548-1999  
[www.sbp.com.br](http://www.sbp.com.br)

Programa Pró-Conselho Brasil (31) 3259-4456  
[www.proconselhobrasil.org.br](http://www.proconselhobrasil.org.br)

Rede Internacional Solidária  
[www.risolitaria.org.br](http://www.risolitaria.org.br)

Ministério Público/Procuradoria dos Direitos do Cidadão (61) 3313-5386

Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude (ABMP)

(11) 3244-3660  
[www.infancia.org.br](http://www.infancia.org.br)  
Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) 061) 3274-6632 e 3340-8708  
[www.cecria.org.br](http://www.cecria.org.br)

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância (61) 3035 1900  
[www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)